

Veículo: RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA	
Data: 30/11/2020	Programa: SHOW DA TARDE
Assunto: Bons resultados na <u>arrecadação do ICMS</u> em Feira de Santana.	

**Data:** 30/11/2020

**Hora:** 16:21:45

**Duração:** 00:27

**Emissora:** RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA (AM 740 SALVADOR)

**Programa:** SHOW DA TARDE

**Apresentador (a):** --

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** POSITIVO

**Sinopse:** Bons resultados na arrecadação do ICMS em Feira de Santana.

Veículo: Site A Tarde	
Data: 01/12/2020	Caderno: Notícias

# A TARDE

Notícias

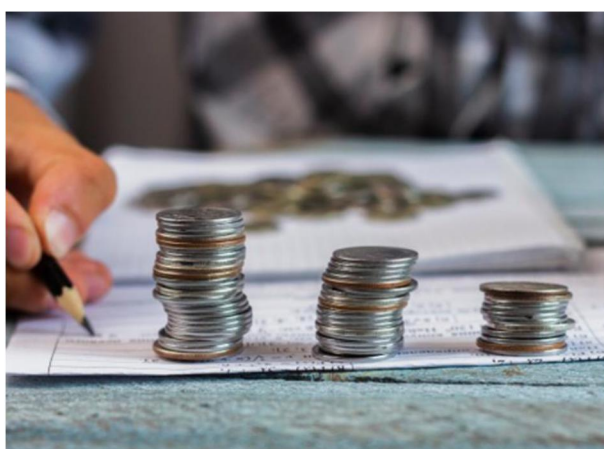
[Bahia](#)

[Salvador](#)

Ter , 01/12/2020 às 07:22 | Atualizado em: 01/12/2020 às 07:25

## PPI em Salvador resultou na regularização de quase R\$ 1 bi em débitos

Da Redação



Quase 30 mil contribuintes aderiram ao novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura de Salvador. O prazo de inscrição terminou na última sexta-feira, 27.

De acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), os 28.175 contratos de adesão resultaram na regularização de débitos de quase R\$1 bilhão (R\$ 967.826.515,72), que, para efeito de pagamento aos cofres públicos, somaram R\$496.884.496,59, tendo em vista os descontos oferecidos pelo PPI, criado para ajudar tanto quem tinha dívidas antes da pandemia como contraídos em função dela.

Em termos de número de contratos, a predominância foi daqueles que optaram pelo pagamento em cota única, num total de 11.251, resultando na regularização de débitos de R\$257.173.320,37, reduzidos a R\$ 99.318.604,01, o equivalente a 20% do total das dívidas, em virtude do grande desconto oferecido pelos pagamentos à vista. Em seguida, 9.971 contribuintes optaram pelos contratos com pagamento em até 12 meses, que somaram R\$ 139.106.781,47, reduzidos a R\$ 69.564414,42, ou seja, 14% do total dos débitos.

Por fim, uma quantidade menor de contribuintes (6.953) optou pelo pagamento entre 12 e 48 meses, totalizando R\$ 571.546.413,88, reduzidos a R\$ 328.001473,07 pelos descontos, o equivalente a 66% do montante negociado. Certamente, estão incluídos nessa opção débitos de maior valor, atraídos pelos juros vantajosos para pagamento de parcelas pela taxa Selic.

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 01/12/2020	



## PPI: 28 MIL CONTRIBUINTES REGULARIZAM QUASE R\$ 1 BILHÃO



1 Dezembro, 2020

A Secretaria da Fazenda de Salvador (Sefaz) revelou que quase 30 mil contribuintes aderiram ao novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura, cujo prazo para inscrição terminou na última sexta-feira (27). Os 28.175 contratos de adesão resultaram na regularização de débitos de quase R\$1 bilhão (R\$ 967.826.515,72), que, para efeito de pagamento aos cofres públicos, somaram R\$496.884.496,59, tendo em vista os descontos oferecidos pelo PPI, criado para ajudar tanto quem tinha dívidas antes da pandemia como contraídos em função dela.

Em termos de número de contratos, a predominância foi daqueles que optaram pelo pagamento em cota única, num total de 11.251, resultando na regularização de débitos de R\$257.173.320,37, reduzidos a R\$ 99.318.604,01, o equivalente a 20% do total das dívidas, em virtude do grande desconto oferecido pelos pagamentos à vista. Em seguida, 9.971 contribuintes optaram pelos contratos com pagamento em até 12 meses, que somaram R\$ 139.106.781,47, reduzidos a R\$ 69.564414,42, ou seja, 14% do total dos débitos.

Por fim, uma quantidade menor de contribuintes (6.953) optou pelo pagamento entre 12 e 48 meses, totalizando R\$ 571.546.413,88, reduzidos a R\$ 328.001473,07 pelos descontos, o equivalente a 66% do montante negociado. Certamente, estão incluídos nessa opção débitos de maior valor, atraídos pelos juros vantajosos para pagamento de parcelas pela taxa Selic.

O titular da Sefaz, Paulo Souto, destacou o significado PPI na redução da dívida ativa. Registrou ainda a importância para os contribuintes de manterem em dia o pagamento das parcelas, pois a falta de quitação significa a volta do débito aos valores originais.

“É importante o pagamento dos valores vincendos, pois a Prefeitura tem aperfeiçoado seus mecanismos de cobrança, do que pode resultar inscrição dos débitos em dívida ativa, protestos extrajudicial e negativação dos devedores. Fora do PPI, o pagamento dos débitos só será possível através do PAD (Parcelamento Administrativo de Débitos), cujos encargos são muitos diferentes daqueles oferecidos durante o PPI”, explicou Paulo Souto.

O secretário classificou também como acertada a decisão da Prefeitura de lançar o programa para auxiliar quem sofreu com os efeitos da pandemia. “O resultado do PPI comprova o acerto do prefeito ACM Neto quando estabeleceu condições muito atraentes para que os contribuintes tivessem segurança em saldar seus débitos após o período mais grave da pandemia, que afetou a economia das pessoas e das empresas. Isso possibilitará, sem dúvida, a regularização da situação desses contribuintes e, no caso das empresas, restabelece uma das condições mais importantes para a retomada das atividades”, acrescentou o secretário.

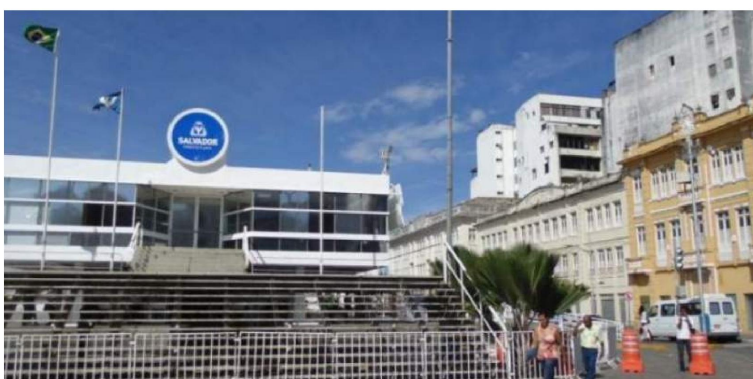
Foto: Divulgação

Veículo: Bocão News	Coluna: Salvador
Data: 30/11/2020	



SALVADOR

## Sefaz afirma que quase 30 mil contribuintes aderiram ao novo PPI



30 de Novembro de 2020 às 22:50 Por: Divulgação Por: Redação BNews

A Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz) revelou que quase 30 mil contribuintes aderiram ao novo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura, cujo prazo para inscrição terminou na última sexta-feira (27). Segundo o órgão, os 28.175 contratos de adesão resultaram na regularização de débitos de quase R\$1 bilhão (R\$ 967.826.515,72), que, para efeito de pagamento aos cofres públicos, somaram R\$496.884.496,59, tendo em vista os descontos oferecidos pelo PPI, criado para ajudar tanto quem tinha débitos antes da pandemia como contraídos em função dela.

De acordo com a Sefaz, em termos de número de contratos, a predominância foi daqueles que optaram pelo pagamento em cota única, num total de 11.251, resultando na regularização de débitos de R\$257.173.320,37, reduzidos a R\$ 99.318.604,01, o equivalente a 20% do total das dívidas, em virtude do grande desconto oferecido pelos pagamentos à vista. Em seguida, 9.971 contribuintes optaram pelos contratos com pagamento em até 12 meses, que somaram R\$ 139.106.781,47, reduzidos a R\$ 69.564414,42, ou seja, 14% do total dos débitos.

Uma quantidade menor de contribuintes (6.953) optou pelo pagamento entre 12 e 48 meses, totalizando R\$ 571.546.413,88, reduzidos a R\$ 328.001473,07 pelos descontos, o equivalente a 66% do montante negociado.

Paulo Souto, titular da Sefaz, destacou a importância para os contribuintes de manterem em dia o pagamento das parcelas, pois a falta de quitação significa a volta do débito aos valores originais. "É importante o pagamento dos valores vincendos, pois a Prefeitura tem aperfeiçoado seus mecanismos de cobrança, do que pode resultar inscrição dos débitos em dívida ativa,

protestos extrajudicial e negativação dos devedores. Fora do PPI, o pagamento dos débitos só será possível através do PAD (Parcelamento Administrativo de Débitos), cujos encargos são muitos diferentes daqueles oferecidos durante o PPI", explicou Paulo Souto.

O secretário classificou também como acertada a decisão da Prefeitura de lançar o programa para auxiliar quem sofreu com os efeitos da pandemia. "O resultado do PPI comprova o acerto do prefeito ACM Neto quando estabeleceu condições muito atraentes para que os contribuintes tivessem segurança em saldar seus débitos após o período mais grave da pandemia, que afetou a economia das pessoas e das empresas. Isso possibilitará, sem dúvida, a regularização da situação desses contribuintes e, no caso das empresas, restabelece uma das condições mais importantes para a retomada das atividades", acrescentou o secretário.

**DESTAQUES  
DO PORTAL  
A TARDE**



Ministério da Saúde / Divulgação

**Rede municipal  
oferta teste rápido  
para HIV em Salvador**  
atarde.com.br/bahia

**Micareta terá Ivete,  
Claudia Leitte e  
Daniela Mercury**  
atarde.com.br/cultura

**www.atarde.com.br**  
71 3340-8991  
(Cidadão Repórter)  
71 99601-0020  
(WhatsApp)

## EDITORIAL *Transição moderada*

Encerradas as eleições, é chegado o momento de organização das prefeituras, visando a uma transição colaborativa, transparente e tendo como valor maior na hierarquia moral o bem-estar da população. Deveria o cidadão desejar o tranquilo passar deste bastão, especialmente para o prefeito de partido do ideário antagonístico ao atual, com o interesse de dirimir todas as dúvidas e deixar perspectivas de balanço positivo ao novo gestor.

Acima dos ideais, tendências, acordos e desacordos está a cidadania, credora de todo aquele investido no poder de executar as melhores ações, visto emanar do

povo e do voto direto o dever de trabalhar pelo bem da coletividade. O resultado das eleições pode ter tido o mérito de evitar extremismos, freando ânimos acelerados em 2018, outro motivo para um ano-novo

*Deixa de ser contingente para tornar-se necessária a presença de prefeitos em fim de gestão para o êxito de quem vem lá*

político bem alicerçado na excelsa virtude da moderação.

Entre a covardia de produzir dificuldades para quem chega e a valentia de exaltarem-se os eleitos, exibindo as urnas cheias, está o meio-termo da coragem de encerrar a gestão com altivez, para ex-prefeitos; ou fazer a hora, no caso de recém-eleitos. O salto de qualidade do candidato para governante exige o impulso da sabedoria, uma vez imposta a substituição, da dimensão de planos para o encontro no mundo prático, onde ideias podem estranhar.

Na materialidade de problemas enfrentados por municípios, e não são pou-

cos nem pequenos, deixa de ser contingente para tornar-se necessária a presença de prefeitos em fim de gestão para o êxito de quem vem lá. Chame-se de trêguo ou pacto, o relevante é não cair em devaneio esta prova do amadurecimento da classe política: surpresa para céticos, esperança de crédulos em já tardia mudança de mentalidade.

O processo civilizador tem de alcançar o mundo dos votos, pois só há diálogo – troca de razões para formar crença – com divergências, mas sem inverdades, como verificam-se em redes sociais: é a vez de prefeitos eleitos e os ex mostrarem, afinal, entendimento.

**BRUNO AZIZ**



## Melhorar a qualidade dos gastos sociais

**Carlos Rodolfo Schneider**  
Empresário

Em recente debate promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), o economista Marcos Lisboa, presidente do Insuper, alertou que se não enfrentarmos adequadamente a questão dos gastos públicos, continuaremos na trajetória que vem deixando o Brasil para trás há 40 anos, e crescendo menos do que os demais emergentes há 20 anos.

Na mesma direção, o livro “Reforma do Estado Brasileiro – Transformando a Atuação do Governo”, recentemente lançado, e que conta com a contribuição de 35 economistas, chama a atenção para o fato de que um Estado que funciona mal e gasta muito explica boa parte do baixo crescimento do país nas últimas décadas. E que, se quisermos dar mais atenção à seguridade social e saúde pública, devemos gastar menos em atividades-meio do Estado e eliminar sobreposições de auxílios.

O problema é que, há muitos anos, convivemos com gastos públicos de baixa qualidade. Essa ineficiência dos dispêndios, pautados por posições ideológicas, defesa de privilégios e falta de avaliação de resultados, têm exigido transferências crescentes de recursos da sociedade, sob o pretexto de minimamente atender a questão social.

Um dos trabalhos que vinha sendo conduzido pela equipe econômica, na busca de recursos para o programa Renda Brasil, rebatizado de Renda Cidadã, buscava reavaliar os programas sociais pouco eficientes, justamente para que mais pessoas, mais necessitadas, pudessem ser beneficiadas. Equivocadamente a ideia foi abortada sob a alegação de que se estaria tirando dos pobres para dar aos paupérrimos. Seria na realidade um avanço na qualidade do gasto público, na construção de um amplo e assertivo programa de renda mínima. Não existe nenhuma teoria ou referência que diga, ou permita, ou recomende que os gastos sociais possam ou devam ser ineficientes. Esse fundo poderia ser reforçado ainda com a revisão dos privilégios das corporações privadas e públicas que capturaram o Estado, e da questão dos direitos adquiridos que são incompatíveis com a realidade brasileira, e que muitos países já souberam revisar.

Enfrentar os gastos só “pelo” crescimento da economia tende a ser voo de galinha, porque sempre existirão os períodos de vacas magras que trarão o problema à tona com gravidade crescente. Por outro lado, enfrentá-los “para” o crescimento permite a consolidação de bases sólidas para um crescimento continuado, menos suscetível às mudanças de temperatura no ambiente externo. Lembrando que a falta de senso de urgência vai tornando a solução sempre mais cara.

*Enfrentar os gastos “para” o crescimento permite a consolidação de bases sólidas e continuadas*

## Projeto de lei que altera a recuperação judicial é aprovado

**Nadialice Francischini de Souza**

Advogada, mestre e doutora em direito e professora do curso de direito da Unijorge

No último dia 26 de novembro foi aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei nº 4.458/2020, que segue agora para a sanção presidencial e “institui medidas de caráter emergencial destinadas a prevenir a crise econômico-financeira de agentes econômicos; e altera, em caráter transitório, o regime jurídico da recuperação judicial, da recuperação extrajudicial e da falência”. Ou seja, permite que as empresas afetadas pela crise da pandemia da Covid-19 tenham mais oportunidade de recuperação.

Ao todo foram 19 mudanças, sendo que três merecem destaque em função da contribuição para a recuperação das empresas ou por serem bastante polêmicas e gerarem discussão sobre a efetividade. Elas são a ampliação das garantias para os

empréstimos do tipo dip financing, o parcelamento das dívidas tributárias da União e a possibilidade de os credores pedirem a recuperação do devedor.

Sobre o empréstimo do tipo dip financing, esse é um empréstimo feito após o deferimento do pedido de recuperação e tem como finalidade injetar dinheiro na empresa para que ela se recupere mais rápido. É uma operação de altíssimo risco, pois a empresa já é devedora, não está conseguindo arcar com as suas dívidas e, caso não se recupere, não poderá pagar esse empréstimo também.

Com a nova regra, mediante autorização judicial, as instituições que fizerem os empréstimos poderão tomar bens em garantia e terão preferência no recebimento caso a falência ocorra. Com essa medida, espera-se que os bancos, principalmente, aumentem linhas de crédito para empresas em recuperação.

Em relação às dívidas tributárias, os débitos que o devedor tiver com a Fazenda Nacional, poderão ser parcelados em até 120 meses. Já os débitos que estão na alçada da

Secretaria Especial da Receita Federal devem ter uma entrada de 30% e o restante parcelado em até 84 prestações mensais, sendo que na entrada é possível utilizar 25% do prejuízo fiscal e 9%, 17% ou 25%, conforme o tipo de empresa, da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

O terceiro ponto em destaque é polêmico. Trata-se da possibilidade de o credor pedir a recuperação judicial, isso porque ele não sabe da situação de dívidas total do devedor, o que pode acabar gerando mais atrasos no recebimento dos créditos. A regra atual é que somente o devedor pode pedir a sua recuperação, pois somente ele sabe a sua situação financeira e se tem condições de recuperar.

Com pontos polêmicos ou não, é fato que a aprovação do Projeto de Lei nº 4.458/2020 é uma oportunidade para as empresas afetadas pela crise econômico-financeira da pandemia do Covid-19 de se recuperarem e se manterem no mercado, garantindo a empregabilidade e reduzindo o desemprego.

**A TARDE**  
Fundado em 15/10/1912

Presidente de Honra: RENATO SIMÕES

Presidente: JOÃO DE MELLO LEITÃO

CONTROLLER:  
Lucas Lago  
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:  
Luciano Neves  
COMERCIAL E MARKETING:  
Eduardo Dute

A TARDE E MASSA!  
Mariana Carneiro  
PORTAL A TARDE:  
Caroline Gois  
RÁDIO A TARDE FM:  
Jefferson Beltrão

ASSOCIADA  
A SIP -  
SOCIEDADE  
INTRAMERICANA  
DE IMPRENSA

MEMBRO  
FUNDADOR DA ANJ  
- ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL  
DE JORNALIS

ASSOCIADA  
AO IVC -  
INSTITUTO  
VERIFICADOR DE  
COMUNICAÇÃO

PREMIADA  
PELA  
SOCIETY  
FOR NEWS  
DESIGN

SEDE: RUA PROFESSOR MILTON CAVRES DE BRITO, Nº 204, CAMINHO DAS ÁRVORES, CEP: 41820-570, SALVADOR/BA, BALE COM A REDAÇÃO: (71)3340-8800, (71)3340-8900, FAX: (71)3340-8712 OU 3340-8713, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 6:30 À MEIA-NOITE, SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS: DAS 9:00 ÀS 21 HORAS; SUGESTÃO DE PALUTA: CIDADAO@REPORTER@GRUPOATARDE.COM.BR, (71)3340-8991. CLASSIFICADOS POPULARES: (71)3333-0853. CIRCULAÇÃO: (71)3340-8612. CENTRAL DE ASSINATURA: (71)3333-0850.

**PANDEMIA** É a primeira vez que isso acontece na capital desde 6 de agosto; na Bahia, essa taxa é ainda maior: 68%

# Salvador chega ao 5º dia com a taxa de ocupação de leitos de UTI acima de 60%

RODRIGO AGUIAR

Salvador completou ontem cinco dias seguidos com a taxa de ocupação de leitos de UTI adulto para a Covid-19 acima de 60%. É a primeira vez que isso acontece desde o dia 6 de agosto.

Além disso, os números, se mantidos nos próximos dias, poderiam levantar a necessidade, pelo menos na teoria, de um endurecimento das medidas restritivas, conforme os critérios da própria prefeitura. Pelo protocolo de retomada econômica, a fase 3, na qual se encontra a cidade, exige patamar máximo de 60% de ocupação de leitos de UTI.

Na fase 3, foram liberados para reabrir clubes sociais, teatros e cinemas, entre outros estabelecimentos.

No entanto, essa liberação ocorreu de forma gradativa. Os clubes foram autorizados a funcionar no final de agosto, enquanto teatros e cinemas só voltaram a abrir em meados de setembro.

Na Bahia, a taxa atual de ocupação de leitos de UTI adulto é de 68%.

Ao inaugurar nesta segunda o Natal da Esperança, no Campo Grande, o prefeito ACM Neto (DEM) não descartou a adoção de medidas restritivas "se o quadro se agravar", mas destacou não haver "necessidade" no momento. O primeiro movimento será a reativação de leitos exclusivos para a Covid-19.

O governo do estado também informou que, "a princípio", não é avaliada qualquer medida restritiva.

"A gente quer trabalhar com um parâmetro de 60% [de ocupação]. Nosso objetivo é abrir novos leitos para que essa margem possa ser respeitada. Estou fazendo de tudo para evitar medidas mais duras, como o fechamento do comércio. Espero



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 15.12.2020

**Maior circulação de pessoas no período pré-eleitoral foi responsável por alavancar tais taxas em todo o país**

que isso não seja necessário, que a gente não tenha que viver essa realidade. Porém depende da postura de cada um", declarou o prefeito.

Para acesso à Praça Dois de Julho, onde foi montada a iluminação de Natal, será obrigatório agendamento

por site, informou Neto. Haverá limite de 500 pessoas por horário de visita, com tempo máximo de 30 minutos e higienização do local entre os horários. Segundo o prefeito, caso fosse adotado na praça o mesmo critério dos shoppings (de uma

pessoa a cada 9 m²), poderiam circular pelo espaço até 800 pessoas. No entanto, teria sido adotada uma "margem de segurança".

"Precisamos de fé e de uma boa dose de consciência. O maior presente que Salvador pode ganhar é as pessoas terem consciência de que o vírus está se espalhando cada vez com uma velocidade maior, que esse inimigo continua matando muita gente e que nós precisamos que cada um cuide da própria vida. Que tenham todos os cuidados, como o uso de máscara e evitar as aglomerações", acrescentou o prefeito de Salvador.

Em entrevista à TV Bahia, o secretário da Saúde do esta-

do, Fábio Vilas-Boas, afirmou que os números atuais remetem ao início da pandemia do novo coronavírus e previu um aumento da letalidade nas próximas semanas. "Essa elevação [do número de casos] era previsível, estávamos enxergando uma flexibilização fora de controle em todo o estado e no país, com as carreatas, festas. A população não conseguiu se desmobilizar da forma como se mobilizou, e esses fenômenos pré-eleitorais foram responsáveis por alavancar isso em todo o país", disse o secretário.

"Aconteceu em São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro e aqui na Bahia já temos uma semana, indo

para duas, de aumento sucessivo do número de casos ativos, casos notificados e número de testagens no Laboratório Central, e de notificações por parte dos municípios", completou o titular da Sesab.

Em São Paulo, o governador João Dória anunciou ontem um recuo no plano de flexibilização econômica e colocou todo o estado na fase amarela, mais restritiva que a verde. Na fase amarela, haverá, por exemplo, limitação maior dos horários de funcionamento do comércio e serviços.

## Governo federal

O governo federal vai apresentar hoje a versão preliminar do plano para a vacinação da população contra a Covid-19. A ideia é que o encontro tenha informações mais detalhadas sobre a estratégia que está sendo formulada.

A proposta preliminar de trabalho será atualizada de acordo com a disponibilidade das vacinas, após o licenciamento de imunizantes e a definição dos grupos prioritários. Além do Ministério da Saúde, participam da reunião: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde (INCQS).

Além da Fiocruz; o Instituto Butantan; o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar); sociedades médicas; conselhos federais da área da Saúde; Médicos sem Fronteiras; e integrantes dos Conselhos Nacionais de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde (Conass e Conasems). Estimativa do governo federal é fazer a distribuição das vacinas de forma simultânea em todo o país, embora haja a possibilidade de priorizar áreas que passam por um surto da doença.

**Governo federal vai apresentar hoje versão preliminar do plano de vacina**

**Números atuais remetem ao início da pandemia do novo coronavírus**

## Secretaria prepara plano para preservar e aplicar a vacina

BRUNO BRITO\*

Em meio à expectativa em torno da chegada da vacina contra a Covid-19, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) está elaborando um plano de imunização visando à logística para a aplicação do imunizante, quando ele estiver disponível. Entre as principais medidas está a adoção do serviço em drive-in, como aconteceu na vacinação contra a H1N1, além da aquisição de equipamentos que garantam o armazenamento das vacinas, como ultracongeladores.

De acordo com o titular da SMS, Leo Prates, esse planejamento é necessário diante da magnitude da vacinação, que deve ser a maior da história de Salvador. Segundo o secretário, existe ainda a possibilidade da ampliação dos quadros de servidores.

"Os protocolos serão os mesmos, inclusive prevenindo o drive-in. Não será uma vacinação simples, deve ser a maior vacinação da história de Salvador e até do Brasil. Os técnicos já estão debruçados na elaboração desse plano de imunização. Devemos mobilizar recursos humanos e tudo que for necessário", explicou.

Com relação à aquisição de equipamentos para o armazenamento dos imunizantes, o secretário sinalizou que a intenção é lançar uma licitação. Isso porque vacinas como a desenvolvida pela Pfizer/BioNTech precisam de um armazena-



Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE / 22.9.2020

**Secretário estima que vacinação contra vírus será a maior da história de Salvador**

mento em temperaturas abaixo de 70° negativos.

"Estamos em processo de finalização do termo de referência para lançar a licitação. Hoje, em Salvador, nós não temos nenhum equipamento desse tipo. Queremos deixar pronta essa licitação para a aquisição de até quatro equipamentos desses", afirmou Prates.

No entanto, para que o município tenha acesso aos imunizantes, antes é neces-

sário que o Ministério da Saúde envie as unidades para a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), que realiza o repasse para os municípios. De acordo com Prates, a logística em torno da vacinação já está sendo debatida com o secretário estadual de saúde, Fábio Vilas Boas.

"O ministério envia as vacinas para a Secretaria Estadual de Saúde e, aí, cabe a ela a distribuição aos municípios". Na semana passada, a Sesab já havia indicado, por nota, a existência de um plano de distribuição aos municípios, caso a vacina da Pfizer seja adquirida.

"Caso o Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de Imunização, venha a fazer a aquisição dessa vacina, estimamos que sejam necessários de quatro a cinco dias para o produto chegar ao estado e ser redistribuído aos municípios, res-

tando nove ou dez dias para que haja a imunização da população", dizia a nota.

## Conservação

Na opinião da pesquisadora da Fiocruz Bahia - IGM (Instituto Gonçalo Moniz) e professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (Ufba) Viviane Boaventura, trata-se de uma logística complicada, visto que as condições das vacinas devem ser mantidas, como forma de assegurar a qualidade do imunizante.

Além da vacina produzida pela Pfizer/BioNTech, o imunizante desenvolvido pela farmacêutica norte-americana Moderna também conta com um armazenamento especial, devendo ser mantido a 20° C negativos.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

## Anvisa não se manifestou sobre testes a vencer

MIRIAM HERMES

Até ontem a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não se manifestou sobre a polêmica acerca dos mais de seis milhões de testes do tipo RT-PCR para diagnóstico de Covid-19 que o Ministério de Saúde tem estocados com prazo de validade entre 21 e 22 de dezembro e março de 2021.

Para falar sobre este assunto e outros relacionados às ações do MS na pandemia, o titular da pasta, Eduardo Pazuello, foi convocado pela comissão mista do Congresso Nacional para uma reunião virtual hoje, às 10h.

Na semana passada o secretário de vigilância em saúde do MS, Arnaldo Menezes, afirmou em audiência na Câmara dos Deputados que a fabricante coreana Seegene atestou a eficácia dos componentes por um período adicional de quatro meses.

No entanto, a palavra final sobre o pedido de extensão da validade dos exames, solicitado pelo MS, será da Anvisa, a partir de análise dos relatórios da indústria. A Bahia tem no estoque 87.400 destes exames com validade até 21 e 22 de dezembro deste ano, de acordo com dados do Laboratório Central (Lacen), que tem a expectativa de utilizar até o vencimento todos os testes encaminhados pelo ministério ao estado.

Conforme a diretora-geral do Lacen, Arabela Leal, não deve faltar esse material para os testes na Bahia, que tem um plano alternativo, caso o MS não consiga suprir

a demanda. "Recebemos notificação do MS acerca de pedido de extensão da validade solicitada para a indústria que fabricou os testes, bem como à Anvisa", disse ela, afirmando que aguarda uma nova posição para os próximos dias. Caso isso não seja aprovado, o estado tem outra linha de ação prevista, segundo Leal. "Temos processo de registro de preço licitado em aberto para fazer saque", afirmou.

A modalidade é usada para situações de emergência, "em que nós recebemos uma quantidade de materiais e só pagamos (pelo preço da licitação) o que for consumido", explicou a diretora do Lacen. Ainda de acordo com Arabela Leal, a Bahia investiu R\$ 20.821.709,48 em insumos e equipamentos para a realização dos testes desde o início da pandemia, pois não recebeu todo o material utilizado. Ela destacou que, além da coleta do material do paciente, o exame tem outras três etapas, cada qual com utilização de materiais e equipamentos específicos.

O estado realizou de 1,3 milhão testes desde o início da pandemia, com 403.701 casos confirmados, 800.887 descartados e 106.953 em avaliação, uma média superior a 145 mil exames por mês, embora tenham ocorrido variações entre os meses. A Secretaria da Saúde de Salvador não recebe testes do MS, mas vem realizando testes rápidos nas 40 Unidades Básicas de Saúde.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR



# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**TURISMO** Os hotéis de Salvador começaram a abrir as portas para os viajantes a partir de outubro; mas a taxa média de ocupação atualmente ainda é de 40%

## Reinício do Fera marca nova fase de retomada hoteleira

MARJORIE MOURA

O reinício de atividades do Hotel Fera Palace marcada para hoje, primeiro dia de dezembro e a pouco mais de 20 dias para a chegada do verão, acompanha tendência verificada principalmente a partir de outubro, quando os maiores estabelecimentos hoteleiros da cidade começaram a abrir as portas para os viajantes. Alguns nem chegaram a fechar, como foi o caso do Brasil Mar, Quality e o Pirâmide, cujas unidades da Pituba e Estação Rodoviária mantiveram o funcionamento, apesar da pandemia.

O Fasano, concorrente direto do Fera, reabriu no dia 8 de outubro e o Grande Hotel da Barra voltou a funcionar em julho, e praticamente não fechou. Fonte deste estabelecimento informou que a ocupação é baixa e parcial devido às medidas de isolamento social provocadas pela Covid-19. O hotel Alah Mar, instalado em frente à praia de Jardim de Alah, também recebe hóspedes desde outubro.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia – ABIH-BA, Luciano Lopes, explicou que a taxa de ocupação nos hotéis de Salvador é atualmente de 40%, considerada baixa para o período, mas condizente com a pandemia. Ele acrescentou que muitos hotéis não fecharam durante a pandemia e que maioria dos grandes estabelecimentos já estão funcionando.

Luciano Lopes explicou que o número de voos destinados à capital baiana vem crescendo e atualmente cor-



Raphael Muller / Ag. A TARDE / 6.10.2020

Fasano reabriu no dia 8 de outubro

responde a 65% do patamar verificado no período diretamente anterior a pandemia. O aumento do número de voos destinados a Salvador, vai impactar diretamente na atividade hoteleira.

### Remarcação de reserva

A Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), após a chegada do coronavírus ao país, criou uma campanha focada na remarcação e não no cancelamento das reservas. A preocupação era legítima: trata-se de um ramo de atividade que representa mais de 8% do PIB do país e à época empregava direta e indiretamente em torno de sete milhões de pessoas.

Estes números ainda não foram atualizados, mas o resultado da campanha começa a ser visto com a chegada, mesmo em baixa escala, de visitantes que remarcaram suas reservas, informa uma fonte do setor.

No auge da proliferação a maioria dos hotéis e pousadas fecharam para evitar aglomerações. O Ministério do Turismo indicava à época que os índices de ocupação são os menores já vistos nos últimos anos e que as agências de viagem chegaram a lidar com pelo menos 50% de cancelamentos dos pacotes turísticos vendidos.

Segundo carta aberta enviada ao Governo Federal e assinada pelas principais

entidades do segmento hoteleiro do Brasil, a epidemia de coronavírus colocou o setor em estado de emergência e trouxe risco real de fechamento para várias empresas, de hotéis de grandes redes a pequenos hostels e pousadas, que tiveram sua estrutura financeira completamente comprometida pela crise.

Ainda segundo a carta, o impacto da pandemia no segmento de hotelaria levou os números de cancelamentos de hospedagens corporativas e de lazer a alcançarem índices de 75% a 100% e podem ter tirado da economia do país R\$ 31,3 bilhões e fechado 400 mil postos de trabalho.

### DINHEIRO

## Após oito meses, contas públicas têm saldo positivo

PEDRO PEDUZZI

Agência Brasil, Brasília

Depois de oito meses seguidos de resultado negativo, as contas públicas fecharam outubro com saldo positivo. O setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou superávit primário de R\$ 2,953 bilhões em outubro, segundo o relatório de estatísticas fiscais divulgado ontem pelo Banco Central (BC).

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, é a primeira vez que o mês de outubro apresenta superávit primário. "Há uma mudança muito grande neste cenário após, de março ou abril para cá, observarmos déficits primários muito significativos. Este superávit de [quase] R\$ 3 bilhões do setor público consolidado vem depois de déficits acima de R\$ 100 bilhões mensais em abril, maio e junho", disse em coletiva sobre o resultado das contas públicas.

Segundo o documento, houve, no Governo Central, déficit de R\$ 3,210 bilhões. Já os governos regionais (estados e municípios) e as empresas estatais apresentaram superávit de R\$ 5,164 bilhões e de R\$ 998 milhões, respectivamente.

mário acumulado do setor público consolidado estava em R\$ 632,973 bilhões. No mesmo período de 2019, este item apresentava déficit de R\$ 33,047 bilhões. Segundo o relatório, no acumulado de 12 meses o déficit primário ficou em R\$ 661,798 bilhões, representando 9,13% do Produto Interno Bruto - PIB.

Os juros nominais do setor público consolidado somaram R\$ 33,877 bilhões em outubro. No mesmo mês do ano anterior ele estava em R\$ 20,330 bilhões. De acordo com o BC, essa progressão foi influenciada pela "evolução desfavorável do resultado das operações de swap cambial" (perda de R\$ 7 bilhões em outubro de 2020, ante ganho de R\$ 7,7 bilhões em outubro de 2019).

"Nos últimos 12 meses, os juros nominais atingiram R\$ 349,2 bilhões (4,82% do PIB), comparativamente a R\$ 366,5 bilhões (5,10% do PIB) no acumulado até outubro do ano anterior", acrescenta a nota divulgada pelo BC.

O resultado nominal do setor público consolidado em outubro - item que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados - ficou deficitário em R\$ 30,924 bilhões. De janeiro a outubro, o déficit nominal chegou a R\$ 919,446 bilhões, contra R\$ 919,446 bilhões.

### EMERGÊNCIA

## Caixa paga R\$ 421,9 mi de extensão do auxílio

ANA CRISTINA CAMPOS

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Caixa Econômica Federal fez ontem o pagamento de R\$ 421,9 milhões referente à terceira parcela do Auxílio Emergencial Extensão. Serão contemplados 1,6 milhão de beneficiários do Bolsa Família com final de NIS número 0.

Ao todo, mais de 16 milhões de pessoas cadastradas no Bolsa Família foram consideradas elegíveis para a terceira parcela do Auxílio Emergencial Extensão e reatualizado, no total, R\$ 4,2 bilhões durante o mês de novembro.

### Fundo de Garantia

Cerca de R\$ 7,9 bilhões do saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), creditados nas contas Poupança Social Digital e não movimentados, retornaram ontem para as contas vinculadas dos trabalhadores, devidamente corrigidos. O balanço foi divulgado ontem pela Caixa Econômica Federal. O processamento do retorno dos valores pode levar até sete dias corridos.

Caso desejem, os trabalhadores ainda podem ter acesso ao saque, cujo valor é de até R\$ 1.045.

### PPI PANDEMIA

## Prefeitura renegocia quase R\$ 1 bilhão

DA REDAÇÃO

O secretário da Fazenda Paulo Souto revelou que, ao concluir à meia-noite da última sexta-feira o prazo para adesão ao PPI Pandemia, a prefeitura realizou o maior Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) já realizado na cidade.

O resultado do PPI comprova o acerto do prefeito ACM Neto quando estabeleceu condições muito atraentes para que os contribuintes tivessem segurança em saldar seus débitos após o período mais grave da pandemia, que afetou a economia das pessoas e das empresas. Isso possibilitará, sem dúvida, a regularização da situação desses contribuintes e, no caso das empresas, restabelece uma das condições mais importantes para a retomada das atividades. De acordo com a Secretaria da Fazenda, foram realizados 28.175 contratos de adesão ao programa, o que significou a regularização de R\$ 967.826.515,72, que para efeito de pagamento foi reduzido a R\$ 496.884.496,59, tendo em vista os descontos oferecidos pelo programa.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE



## 21 anos de progresso e preservação ambiental na Baía de Todos-os-Santos



ISABELA SUAREZ

Presidente da Fundação Baía Viva

A história da Fundação Baía Viva começou muito antes de sua constituição formal; para contá-la, preciso voltar ao início da década de 80, quando meu pai costumava levar a família para passar os fins de semana em um barco nas adjacências da ilha de Bom Jesus dos Passos, onde pouco tempo depois ele adquiriu uma propriedade. A partir daí, e com o passar dos anos, a atmosfera de acolhimento e as belezas naturais trouxeram consigo a preocupação com a preservação e o cuidado próprios de qualquer relação de afeto, dada a condição de subdesenvolvimento que a região apresentava.

Entre os séculos XVI e XIX a Baía de Todos-os-Santos reúne uma exuberância de encantos naturais que poderiam facilmente qualificá-la como um dos mais requintados pontos turísticos do país. Sua história, contada por muitos, mas infelizmente conhecida por poucos, se mistura aos grandes acontecimentos que marcaram os primeiros anos da colonização do Brasil.

Com aproximadamente a área do município do Rio de Janeiro, com 1.233 km² de extensão, 56 ilhas e 300 km² de contorno litorâneo, a maior baía marítima do país, denominada pelos tupinambás de Kirimurê, não herdou apenas a combinação sólida e particular de história e cultura; as décadas de abandono e a falta de planejamento na sua ocupação empurraram-na para uma posição dentro do cenário turístico que não corresponde à pujança de outrora. Aquela que um dia abrigou um dos maiores portos exportadores do hemisfério sul atualmente sofre com inúmeros problemas produzidos pelo desordenamento de sua ocupação impedindo o seu crescimento turístico vocacional e autossustentável.

Diante de tamanha indignação e com espírito público de sobra que em 1999, sob a inspiração de alguns empresários baianos que também desfrutavam das águas mornas, transparentes e de cor verde-esmeralda desse mar interior, nasceu a Fundação Baía Viva, regida pelo macro objetivo de contribuir com ações concretas e recursos próprios para a revitalização das relações socioambientais de um dos cartões-postais mais representativos da história da Bahia e do Brasil. De acordo com seu estatuto, constitui-se numa entidade de direito privado, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, sendo composta por um conselho curador, um conselho fiscal e uma diretoria executiva.

Tendo como grandes desafios o combate às desigualdades sociais e o reposicionamento da Baía de Todos-os-Santos como principal destino turístico do estado, iniciamos em 2001 um plano de requalificação urbano-ambiental que fosse capaz de revitalizar o potencial de suas ilhas e seu entorno, obedecendo às diretrizes que dão suporte à filosofia da instituição: preservação ambiental e desenvolvimento econômico podem ser grandes aliados.

Desde então as principais ações desenvolvidas pela entidade ao longo dos últimos 20 anos ocorrem sobretudo nas ilhas pertencentes ao município de Salvador, com destaque para a Ilha dos Frades, pioneira na certificação de praias do programa Bandeira Azul Norte/Nordeste e Bom Jesus dos Passos, que, por meio da infraestrutura viabilizada com recursos privados, se tornou um dos locais mais valorizados e procurados pelo segmento náutico que navega por essas águas.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

# Satélite



*Os bastidores da política baiana*

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

**●● Quem ganhou, parabéns. Quem perdeu, que se prepare para a próxima. Sou amigo irmão do Lula, mas vou ficar refém dele a vida inteira? Não tem sentido. É minha opinião sincera** **Jaques Wagner**

Senador pelo PT da Bahia, ao avaliar o resultado da sucessão e defender a renovação nos quadros da esquerda no país

## Caçada aos herdeiros

O Ministério Público Federal (MPF) vai deflagrar nos próximos dias a sexta fase da Operação Faroeste, com foco exclusivo em filhos de desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ). Todos os principais alvos são suspeitos de tráfico de influência dentro do esquema de venda de sentenças na Corte. Segundo apurou a Satélite, a equipe do MPF escalada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para investigar o caso está com os preparativos da nova etapa praticamente concluídos e já obteve autorização do relator da Faroeste no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro OG Fernandes, para cumprir mandados de busca e apreensão em pelo menos dois grandes escritórios de advocacia de Salvador. As bancas são ligadas a familiares de desembargadores do TJ, incluindo magistrados que não estão mais na ativa.

### DOIS MUNDOS

Fonte com acesso a detalhes da operação garantem que um dos nomes na mira do MPF ocupa cargo de confiança na esfera da administração indireta do governo federal.

## Marcação cerrada

Pouco antes de iniciar a montagem da futura etapa da Faroeste, o MPF acionou a Polícia Federal (PF) para que colocasse os novos alvos e endereços relacionados a eles sob vigilância constante. Desde então, os investigados têm os passos monitorados, assim como a movimentação nos escritórios onde ocorrerão as buscas. A base para a sexta fase da operação surgiu a partir do fluxo atípico de altas somas de dinheiro detectado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão vinculado ao Banco Central, cujas datas coincidem com sentenças sobre ações milionárias que favoreceram filhos de magistrados.

## Linha de frente

O promotor baiano João Paulo Schoucair é apontado como favorito na disputa pela indicação à vaga do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reservada a integrantes do MP nos estados. Coordenador do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do MP da Bahia, Schoucair atua simultaneamente no gabinete do chefe da PGR, o também baiano Augusto Aras, que o considera um dos mais leais auxiliares. Fora a proximidade com Aras, a quem cabe indicar o nome, Schoucair teve mais que o dobro dos votos dos demais candidatos ao CNJ pelo MP estadual.

## Sinal de retirada

Cardeais da base aliada ao Palácio de Ondina estão convictos de que haverá uma debandada gradativa de partidos governistas. Para lideranças do bloco, a derrota do PT de virada no segundo turno em Feira de Santana e Vitória da Conquista, somada ao mau desempenho dos petistas na sucessão municipal e ao fortalecimento do DEM, foi a gota que faltava para transbordar o balde em curto ou médio prazos. Até lá, acham, o governador Rui Costa terá que ceder à pressão por cargos para manter a governabilidade.

## Beira da praia

O PT não foi o único frustrado com o segundo turno no estado. O ex-deputado estadual Luiz Augusto (PP) que o diga. Com o revés do petista Ze Raimundo em Conquista, a chance de herdar o espaço dele na Assembleia virou fumaça.

## ECONOMIA

# Acordo amplia em 50% uso de ferrovia da VLI na Bahia

**TRANSPORTE CIMENTO** A LafargeHolcim e a VLI, companhia de soluções logísticas que opera terminais, ferrovias e portos, fecharam uma nova parceria para o transporte de cimento a granel da fábrica de Pedro Leopoldo (MG) até o Porto de Aratu, em Candeias (BA). No município baiano, os caminhões da LafargeHolcim são abastecidos e seguem viagem na Região Metropolitana de Salvador para serem descarregados diretamente nos clientes da cimenteira.

As empresas já possuem parceria no abastecimento de combustíveis sólidos das unidades localizadas em Minas Gerais. O novo contrato representa um incremento de mais de 50% no fluxo ferroviário e uma diversificação na matriz logística da LafargeHolcim. Dessa vez, o produto transportado na Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) é um cimento, de alta resistência inicial e final utilizado

por concreteiras, indústrias, empresas de pré-fabricados e pré-moldados.

“Temos um parque com 137 vagões próprios que estavam parados em Pedro Leopoldo. Com a operação, passamos a utilizar todos eles, que circulam até Aratu, fazendo o ciclo completo da operação. O trajeto por ferrovia é mais competitivo economicamente”, explica Patrick de Paula Richa, gerente Comercial do Nordeste e Norte de Minas da LafargeHolcim. “Dessa forma, alavancamos nossa presença no mercado técnico da Bahia, onde tínhamos baixa participação, com um produto diferenciado, gerando maior disponibilidade e agilidade no atendimento junto ao cliente e ainda reduzimos as emissões de CO2 nesse processo logístico”, complementa o executivo.

Pela cimenteira, o projeto ainda inclui obras no terminal, em Aratu (BA). As ativi-

dades estão em andamento, com término previsto para o fim de dezembro. A meta é que, em fevereiro de 2021, a unidade esteja operando em plena capacidade.

Para a VLI, o fluxo reforça o potencial da ferrovia, especialmente o trecho entre os dois estados, e a capacidade da companhia em se adaptar para atender a demanda do cliente.

“Essa parceria é sinônimo de cooperação. A LafargeHolcim já possuía os vagões. Adicionamos a nossa expertise para oferecer uma solução logística que gera valor para todos”, destaca Asley Ribeiro, gerente geral Comercial da Siderurgia e Construção da VLI.

A LafargeHolcim Brasil atua no país desde 1951, sendo uma das principais empresas do setor de materiais de construção, com foco em cimento, concreto e agregados, produção que é considerada mais sustentável.

Seus produtos e soluções são utilizados em diferentes projetos de construção, desde as moradias populares às maiores e mais tecnicamente desafiadoras obras de infraestrutura do país.

Com cerca de 1.400 funcionários, a companhia tem um parque industrial distribuído em três das cinco regiões do país: Sudeste (SP,

“Temos um parque com 137 vagões próprios que estavam parados em Pedro Leopoldo. Com a operação, passamos a utilizar todos eles”  
**Patrick de Paula Richa**

Gerente Comercial do Nordeste e Norte de Minas da LafargeHolcim

“A LafargeHolcim já possuía os vagões. Adicionamos a nossa expertise”  
**Asley Ribeiro**

Gerente geral Comercial da Siderurgia e Construção da VLI

RJ, MG e ES), Nordeste (BA e PB) e Centro-Oeste (GO), que incluem 5 fábricas de cimento, 4 estações de moagem, 6 terminais e centros de distribuição, 4 unidades de agregados e 4 usinas de concreto.

A empresa faz parte do Grupo LafargeHolcim, que é líder mundial da indústria de materiais de construção, com presença em 80 países e 70 mil empregados nos cinco continentes.

A VLI tem larga história de atuação na área de logística no país, por meio da integração de serviços em portos, ferrovias e terminais. A empresa engloba as ferrovias Norte Sul (FNS) e Centro-Atlântica (FCA), além de terminais intermodais, que unem o carregamento e o descarregamento de produtos ao transporte ferroviário, e terminais portuários situados em eixos estratégicos da costa brasileira, tais como em Santos (SP), São Luís (MA) e Vitória (ES).

Recentemente, a empresa inaugurou dois novos terminais, em Guará e em Santos, ambos no estado de São Paulo, com investimentos da ordem de R\$ 207 milhões, por contratos de concessões de 30 anos. As concessões são a grande aposta do governo federal no setor ferroviário.

## ECONOMIA

### MIRIAM LEITÃO

[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)



O DINHEIRO QUE SUSTENTA AS GRANDES CIDADES DEPENDE DA ATIVIDADE ECONÔMICA

## Recomeço ou nova direção

Os prefeitos eleitos terão que começar a trabalhar imediatamente, mesmo antes da posse. Há desafios enormes. A boa notícia é que a situação das contas públicas das cidades está melhor do que se imagina. Houve muita transferência do governo federal neste ano, as cidades são menos endividadas do que os estados e há prefeitura com dinheiro em caixa. O erro será usar isso para aumentar gastos que não sejam os destinados às muitas urgências do momento. Na educação, serão dois anos em um, na saúde há a pressão da pandemia, na arrecadação, o imposto sobre serviços não vai se recuperar facilmente.

Eleição sempre renova as esperanças de que os problemas sejam resolvidos mais facilmente pelo gestor reeleito por causa de uma administração bem avaliada ou pela eleição de um novo gestor que resgate a cidade de erros passados. Aqui na coluna conversamos com alguns economistas que falam sobre a situação municipal. Giovanna Victer é presidente do Fórum Nacional de Secretários Municipais de Fazenda, e ela mesma é secretária de Niterói, onde o prefeito Rodrigo Neves, do PDT,

elegeu seu sucessor Axel Graef no primeiro turno.

— Houve um aumento significativo do volume de transferências da União para os municípios. O critério foi o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e sem relação com a pandemia. Então houve cidade que teve mais receita do que gasto com saúde e o contrário também aconteceu — diz.

Normalmente, cidades menores ou de regiões mais pobres têm um repasse relativamente maior pelo critério de distribuição. Houve também outra forma de socorro aos estados e municípios, que em alguns casos cobriu a queda de arrecadação.

O ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida também diz que essas transferências feitas via FPM, ou o socorro para a pandemia, fizeram com que em muitas cidades o ano esteja fechando bem, e com dinheiro em

caixa para investir em 2021. Além disso, houve as remessas em 2019 e começo de 2020, por causa da cessão onerosa.

No ano passado, os 4.958 municípios acompanhados pelo Tesouro fecharam com superávit de R\$ 32 bilhões. Mas em algumas cidades os gastos precisam ser ajustados. O Rio de Janeiro tem uma despesa bruta alta de 79% da Receita Corrente Líquida. E é também o município com o maior serviço da dívida, que chega quase a 9% da Receita Corrente Líquida. As despesas com pessoal saíram de 48% do gasto total em 2016 para 60% em 2019. Há situações bem diferentes entre as cidades.

— Haverá município pequeno em que o novo prefeito vai encontrar dinheiro em caixa. Minha preocupação é que esses prefeitos avancem sobre esses recursos e contratem despesas

permanentes — diz Giovanna.

O problema é que esse caixa é "fictício", como ela diz, porque vem dessas transferências especiais. Mansueto também alerta que os recursos da cessão onerosa não vão se repetir.

O dinheiro que sustenta as grandes cidades é altamente dependente da atividade econômica, como por exemplo o que vem do Imposto sobre Serviços. O setor tem segmentos que não voltaram à normalidade. E dificilmente conseguirão no curto prazo. E há muito a fazer no curto prazo:

— Precisamos retomar as políticas habitacionais, porque isso cria emprego e são muitos anos sem ter política de habitação. Tem impacto social importante. Vamos ter urgências sociais, como a de trazer as crianças de volta às escolas, há muitas abandonando as aulas, principalmente no Fundamental II.

Precisamos de logística para a vacinação. E temos o desafio da retomada econômica que depende das políticas nacionais — explica Giovanna Victer.

Ela acha que a prefeitura do Rio não está quebrada, ainda que tenha despesa corrente maior do que a receita. Giovanna acredita que o Rio poderá aumentar a arrecadação se suspender subsídios e se reorganizar a prefeitura com um freio de arrumação.

No resto do país, Mansueto lembra que 684 municípios têm nota A de crédito e 809 têm nota B. Podem pegar empréstimo com o aval do Tesouro. Mesmo assim, prefeitos preferem procurar linhas da Caixa que são muito mais caras, mas mais rápidas. O Rio, por exemplo, pegou cinco empréstimos em 2017 e 2018, quatro na Caixa e um no Santander. Todos sem garantia da União. Mas em geral os municípios estão em situação melhor do que os estados e têm espaço para recomeçar com boa gestão.

Prefeitos têm que aproveitar o melhor momento fiscal para lidar com urgências da saúde e educação. Erro será contratar despesas fixas

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 01/12/2020	



## FÁBRICA DE ESQUADRIAS DEVE INVESTIR R\$ 1,6 MI EM SALVADOR



1 Dezembro, 2020

A Britos Esquadrias, que é uma indústria de fabricação de esquadrias e metal, assinou protocolo de intenções com o Governo do Estado, nessa segunda-feira (30), por meio da Secretaria de Desenvolvimento econômico (SDE). Estima investir até R\$ 1,6 milhão para ampliação de sua unidade industrial, no município de Salvador. Além de manter os nove empregos existentes, irá promover a geração de 21 novos postos de trabalho.

“Durante a pandemia, tivemos um movimento muito forte de reforma de casas e hoje temos a ampliação de uma empresa do setor, que vai contribuir com a fabricação de produtos fundamentais para abastecer o mercado, além movimentar a economia do estado com o investimento”, diz vice-governador, João Leão, titular da SDE.

Segundo Quele Brito, administradora e representante da Britos Esquadrias, a ampliação da unidade industrial está prevista para iniciar em janeiro de 2021. Destinada à fabricação de basculante, janela, porta, seteira e artefatos de metais, obras de marcenaria, kit porta, jogo aduela, porta de madeira, box de vidro temperado e espelho, com capacidade de produção de 43 mil unidades/ano de artefatos de madeira e metal e 6 mil m<sup>2</sup>/ano de artefatos de vidro e espelho.

Foto: Ascom/SDE

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 30/11/2020	



## MAIA COBRA 'POSIÇÃO CLARA' E CRITICA 'EQUÍVOCO' DO GOVERNO SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA



30 Novembro, 2020

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobrou, nesta segunda-feira (30), do governo federal uma posição mais clara sobre as pautas econômicas a serem discutidas até o fim do ano, enfatizando a urgência da reforma tributária. Para Maia, o Executivo errou ao não tratar desses temas durante o período eleitoral e ao não retomá-los agora, depois do segundo turno. “O governo deveria ter começado o dia com uma coletiva para falar qual é a pauta em que se tem interesse para os próximos dois meses. É inevitável que o Congresso trabalhe em janeiro”, admitiu o deputado em participação no UOL Entrevista. “O governo, que não quis enfrentar esses desafios durante o processo eleitoral... Acho que foi um equívoco. Senti falta na manhã de hoje de uma posição mais clara e objetiva [sobre as pautas econômicas].”

Maia também criticou o fato de não saber qual projeto de reforma tributária o governo federal vai defender no Congresso. Esse posicionamento é importante, segundo o presidente da Câmara, para que deputados e senadores comecem a discutir o tema, como aconteceu com a reforma da Previdência. “Está todo mundo esperando para saber qual será a política fiscal daqui para frente”, cobrou Maia, acrescentando que os próximos dois ou três meses é que vão definir não apenas o futuro próximo do país, mas também a eleição de 2022.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 30/11/2020	



## CONTAS PÚBLICAS REGISTRAM SALDO POSITIVO APÓS 8 MESES



30 Novembro, 2020

Depois de oito meses seguidos de resultado negativo, as contas públicas fecharam outubro com saldo positivo. O setor público consolidado, formado por União, Estados e municípios, apresentou superávit primário de R\$ 2,953 bilhões em outubro, segundo o relatório de estatísticas fiscais divulgado hoje (30) pelo Banco Central (BC). Segundo o documento, houve, no Governo Central, déficit de R\$ 3,210 bilhões. Já os governos regionais (estados e municípios) e as empresas estatais apresentaram superávit de R\$ 5,164 bilhões e de R\$ 998 milhões, respectivamente.

Até outubro, o déficit primário acumulado do setor público consolidado estava em R\$ 632,973 bilhões. No mesmo período de 2019, este item apresentava déficit de R\$ 33,047 bilhões. Segundo o relatório, no acumulado de 12 meses o déficit primário ficou em R\$ 661,798 bilhões, representando 9,13% do Produto Interno Bruto – PIB. Os juros nominais do setor público consolidado somaram R\$ 33,877 bilhões em outubro. No mesmo mês do ano anterior ele estava em R\$ 20,330 bilhões. De acordo com o BC, essa progressão foi influenciada pela “evolução desfavorável do resultado das operações de swap cambial” (perda de R\$ 7 bilhões em outubro de 2020, ante ganho de R\$7,7 bilhões em outubro de 2019).

“Nos últimos 12 meses, os juros nominais atingiram R\$ 349,2 bilhões (4,82% do PIB), comparativamente a R\$ 366,5 bilhões (5,10% do PIB) no acumulado até outubro do ano anterior”, acrescenta a nota divulgada pelo BC. O resultado nominal do setor público consolidado em outubro – item que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados – ficou deficitário em R\$ 30,924 bilhões. De janeiro a outubro, o déficit nominal chegou a R\$ 919,446 bilhões, contra R\$ 919,446 bilhões. Em 12 meses, o déficit nominal chegou a R\$ 1,011 trilhão, o que corresponde a 13,95% do PIB.

### Dívida pública

Em outubro, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) está em R\$ 4,435 trilhões (61,2% do PIB), resultado que, segundo o Banco Central, reflete os impactos da desvalorização cambial de 2,3%;

do efeito da variação do PIB nominal; e dos juros nominais apropriados. No ano, a relação DLSP/PIB aumentou 5,5 pontos percentuais, em decorrência do déficit primário acumulado, que cresceu 8,7 pontos percentuais; das despesas com juros (aumento de 4 pontos percentuais); do efeito da desvalorização cambial acumulada de 43,2% (redução de 6,5 pontos percentuais); e do ajuste da paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,7 ponto percentual).

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) registrada em outubro, que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais, ficou em R\$ 6,574 trilhões, valor que equivale a 90,7% do PIB (aumento de 0,2 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior). “Essa evolução decorreu principalmente da incorporação de juros nominais (aumento de 0,5 ponto percentual), do efeito da desvalorização cambial (aumento de 0,2 ponto percentual), e do efeito da variação do PIB nominal (redução de 0,4 ponto percentual)”, informou o BC. No ano, o aumento de 15 pontos percentuais na relação entre Dívida Bruta e PIB se deve às emissões líquidas de dívida (aumento de 9 pontos percentuais); à incorporação de juros nominais (aumento de 3,8 pontos percentuais); e à desvalorização cambial acumulada (aumento de 2,1 pontos percentuais).

Foto: Divulgação



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/12/2020	Caderno: Notícias



Terça, 01 de Dezembro de 2020 - 07:00

## ***Com quase R\$ 1 bilhão renegociado, Prefeitura de Salvador bate recorde de adesão ao PPI***

Após a conclusão do prazo de adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), o secretário Municipal da Fazenda, Paulo Souto, identificou que a Prefeitura de Salvador tinha acabado de realizar sua maior edição do programa. Ao todo, foram realizados 28.175 contratos de adesão, o que significou a regularização de R\$ 967.826.515,72.

Diante dos descontos oferecidos pelo PPI, esse valor foi reduzido para R\$ 496.884.496,59.

De acordo com a Secretaria da Fazenda, em termos de número de contratos predominaram aqueles que optaram pelo pagamento em cota única, que foram 11.251, mas que representaram R\$257.173.320,37 reduzidos a R\$ 99.318.604,1, o equivalente a 20% do total dos débitos, em virtude do desconto oferecido pelos pagamentos à vista. Em seguida, 9.971 contribuintes optaram pelos contratos com pagamento em até 12 meses, que somaram R\$ 139.106.781,47, reduzidos a R\$ 69.564414,42, ou seja, 14% do total dos débitos.

Por fim, 6.953 contribuintes optaram pelo pagamento entre 12 e 48 meses, no maior total de contratos no valor de R\$ 571.546.413,88, reduzidos a R\$ 328.001473,07 pelos descontos, o equivalente a 66% do valor negociado. Certamente, aí estão incluídos débitos de maior valor, atraídos pelos juros muito vantajosos para pagamento de parcelas pela Taxa Selic.

Para a Sefaz, esse resultado comprova o acerto do prefeito ACM Neto (DEM) quando ele estabeleceu condições atraentes para que os contribuintes tivessem segurança para saldar seus débitos após o período mais grave da pandemia. O titular da pasta, Paulo Souto, lembrou a importância dos contribuintes manterem seus pagamentos em dia e também os valores vincendos, já que a prefeitura tem aperfeiçoado seus mecanismos de cobrança. Fora do PPI, o pagamento dos débitos só poderá ser feito através do Parcelamento Administrativo de Débitos (PAD), cujos encargos são diferentes.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 30/11/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 30 de Novembro de 2020 - 22:00

### ***Ipea: investimentos têm alta de 3,5% em setembro***

O indicador que mede os investimentos na capacidade produtiva da economia brasileira teve alta de 3,5% em setembro, em comparação com agosto, informou nesta segunda-feira (30) o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Chamado de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o indicador mensal também subiu em relação a setembro de 2019, com avanço de 1,1%.

Com o resultado, o terceiro trimestre de 2020 teve um avanço de 16,3% em relação ao segundo, quando o Brasil atravessou o pico da pandemia de covid-19. Se comparado ao mesmo período de 2019, o resultado trimestral representou queda de 2,8%

De acordo com a Agência Brasil, apesar da alta em setembro, o Ipea indica que o ano de 2020 acumula queda de 3,6% na Formação Bruta de Capital Fixo.

Além de medir os investimentos em capacidade produtiva, a FBCF também contabiliza os gastos com reposição da depreciação dos estoques de capital fixo. O indicador é composto por três partes: máquinas e equipamentos, construção civil e outros ativos fixos.

No mês de setembro, a importação de máquinas e equipamentos cresceu 30%, enquanto a produção nacional dedicada ao mercado interno avançou 2%. Com isso, o consumo aparente de máquinas e equipamentos no país aumentou 4,3% em setembro, em relação a agosto. Já frente a 2019, houve um recuo de 6,2% em setembro.

O componente construção civil teve aumento nas duas bases de comparação em setembro: de 2% em relação a agosto, e de 10,9% ante setembro de 2019.

Para os outros ativos fixos, houve queda nas duas bases de comparação. Em relação a agosto, o recuo foi de 1,5%. Ante setembro de 2019, a queda foi de 6,6%.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 30/11/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 30 de Novembro de 2020 - 21:20

## ***Dívida bruta alcança 90,7% do PIB em outubro com menor variação do ano***

por Larissa Garcia | Folhapress



Em meio à crise gerada pela pandemia de Covid-19, a dívida pública bate novo recorde em outubro e alcança 90,7% do PIB (Produto Interno Bruto), alta de 0,2 ponto percentual em relação à setembro. A variação de um mês para outro, no entanto, é a menor do ano.

O dado foi divulgado pelo BC (Banco Central) nesta segunda-feira (30).

A dívida registra crescimentos expressivos por mês desde o início da pandemia. Entre maio e junho, a dívida saltou 3,27 pontos percentuais, maior diferença mensal da série histórica iniciada em 2006.

Depois da chegada do vírus ao país, o governo teve que gastar mais em programas emergenciais, como o auxílio aos mais pobres e linhas de crédito para empresas.

"A dívida bruta permanece em trajetória de crescimento, alcançando os maiores resultados da série, iniciada em 2006, mês a mês, o que é esperado diante do cenário", pontuou o chefe do departamento de estatísticas, Fernando Rocha.

A elevação da dívida bruta foi ocasionada principalmente pelo aumento da incorporação de juros ao montante, que representou 0,5 ponto percentual, e pelo efeito da alta do dólar no período (0,2 ponto).

A alta no PIB nominal (em Reais) contribuiu para segurar o crescimento do montante, com redução de 0,4 ponto.

No ano, a dívida bruta cresceu 15 pontos percentuais com o aumento nas emissões de títulos públicos para financiar os gastos, que representou elevação de 9 pontos.

Já a dívida líquida, que desconta os ativos do governo, caiu pela primeira vez desde o início da crise e ficou em 61,2% do PIB em outubro, redução de 0,2 ponto percentual em relação a setembro.

"O próprio fato de as necessidades de financiamento do setor público terem sido menores fez com que o efeito da desvalorização [cambial] fosse suficiente para reduzir a dívida líquida", disse Rocha.

No período, o dólar subiu 2,3% e puxou a dívida líquida 0,6 ponto percentual para baixo. Quando há valorização da moeda norte-americana, há redução do valor da dívida líquida em reais porque são descontadas as reservas internacionais, mensuradas em dólar.

Além disso, o crescimento do PIB nominal contribuiu em 0,2 ponto para a diminuição da dívida líquida.

Em outubro, as contas públicas acumularam rombo de R\$ 633 bilhões no ano, mas registraram superávit mensal pela primeira vez no mês desde janeiro, com 2,9 bilhões. Nos últimos 12 meses, o governo registrou déficit primário de R\$ 661,8 bilhões, o equivalente a 9,13% do PIB.

"Tivemos redução das despesas extraordinárias [para a pandemia], volta do pagamento de impostos prorrogados e aumento de arrecadação em razão da flexibilização do isolamento", explicou o técnico do BC.

O resultado primário indica a capacidade do governo de pagar as contas, exceto os encargos da dívida pública. Se as receitas são maiores que as despesas, há superávit. Caso contrário, há déficit.

Desde o início da crise sanitária, além de gastar mais, o governo tem arrecadado menos em razão da queda da atividade e das medidas de restrição, o que também contribuiu para o aumento no rombo das contas públicas.

Com a flexibilização do isolamento, no entanto, a arrecadação aumentou e alguns impostos que foram postergados por causa da pandemia começaram a ser pagos.

Mesmo com a melhora nas contas públicas, em 12 meses, o déficit nominal (que inclui o pagamento de juros da dívida) superou em outubro a marca de R\$ 1 trilhão pela primeira vez.?

"A razão é, quase que exclusivamente, a evolução do déficit primário. Essa evolução já estava bastante clara e era previsível que o nível de R\$ 1 tri fosse ultrapassado", afirmou Rocha.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 30/11/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 30 de Novembro de 2020 - 20:40

## ***Estimativa do mercado financeiro para a inflação sobe para 3,54%***

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu de 3,45% para 3,54%, segundo o boletim Focus publicado nesta segunda-feira (30), pelo Banco Central, documento que aponta semanalmente as projeções para os principais indicadores econômicos.

É a 16ª elevação seguida na estimativa. Esse percentual está abaixo do centro da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, o que resulta em limites inferior em 2,5%, e superior em 5,5%, de acordo com a Agência Brasil.

Para 2021, a projeção de inflação passou de 3,40% para 3,47% (sexta elevação seguida). As previsões para 2022 e 2023 mantiveram-se estáveis em 3,50% e 3,25%, respectivamente.

Segundo BC, para 2021, a meta é 3,75%; para 2022, 3,50%; e para 2023, 3,25%, com intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, em cada ano.

O principal instrumento usado pelo BC para alcançar a meta de inflação é a taxa básica de juros – a Selic, que está atualmente em 2% ao ano. O percentual é o mesmo projetado pelas instituições financeiras nas últimas semanas. Já para o fim de 2021, a expectativa é de que a Selic esteja em 3% ao ano - o mesmo percentual projetado na semana anterior. Também apresenta estabilidade o percentual previsto para o fim de 2022 (4,5% ao ano) e para o fim de 2023 (6% ao ano).

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando a Selic é mantida, o Copom considera que ajustes anteriores foram suficientes para manter a inflação sob controle.

O mercado financeiro ajustou de 4,55% para 4,50% a previsão que tem de queda da economia brasileira. Para o próximo ano, a expectativa de crescimento passou de 3,40% para 3,45%. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro projeta expansão de 2,50% do PIB (Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas do país).

Ainda segundo o Boletim Focus, a cotação do dólar para o final deste ano está em R\$5,36 – valor ligeiramente inferior ao projetado no último levantamento, feito há uma semana, quando estava em R\$ 5,38. Para 2021 se manteve em R\$ 5,20, e em 2022, em R\$ 5.

Veículo: Bocão News	Coluna: Economia E Mercado
Data: 01/12/2020	



## ECONOMIA E MERCADO

# Gasolina, energia e saúde vão pesar mais no bolso do consumidor em 2021



01 de Dezembro de 2020 às 06:17 Por: Agência Brasil Por: Folhapress

A inflação de preços controlados pela administração pública, como tarifas de serviços essenciais, deve ficar neste ano em um dos patamares mais baixos da história, mas voltará a pesar no orçamento do consumidor em 2021.

Por causa da pandemia, reajustes de planos de saúde e energia foram adiados. Além disso, os preços de combustíveis caíram por causa da desaceleração da economia em 2020, mas devem voltar a subir no próximo ano.

As projeções do Banco Central para a inflação dos chamados preços administrados são de 0,8% para 2020 e 5,1% para 2021 (ainda abaixo dos 5,5% de 2019). O IPCA total ficaria em 3,1% nos dois períodos, segundo a estimativa do BC.

As projeções não diferem muito daquelas feitas pelo setor privado, que descarta a possibilidade de um choque de preços no próximo ano semelhante ao que ocorreu no segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016) e na presidência de Michel Temer (2016-2018), quando os administrados tiveram aumento médio de 9,5% por ano.

Alguns aumentos, no entanto, devem pesar no bolso dos consumidores em um momento de queda na renda.

A rodada de reajustes começa em janeiro, quando são definidas as novas tarifas de transporte público.

No mesmo mês também começam a subir os planos de saúde, cujo reajuste de 2020 será parcelado em 12 meses a partir de janeiro de 2021. Planos individuais e familiares terão um duplo reajuste, pois haverá ainda o aumento referente ao próximo ano.

As tarifas de energia elétrica subiram neste ano, mas houve certo alívio com a chamada Conta-Covid, que possibilitará diluir o repasse de despesas das empresas de energia no período da pandemia por um período de 54 meses a partir do segundo semestre de 2021. Sem esse mecanismo, o repasse para a conta de luz seria dividido em 12 meses.

Na noite desta segunda-feira (30), a Aneel (agência do setor de energia) decidiu reativar o sistema de bandeiras tarifárias, que passou de verde (mais barata) para vermelha patamar 2 (mais cara) para o mês de dezembro. Com isso, parte do reajuste esperado para 2021 será antecipado para 2020.

Os reajustes de água e esgoto e medicamentos chegaram a ser adiados, mas foram aplicados ainda em 2020.

Júlia Passabom, economista do Itaú Unibanco, afirma que os itens gasolina, energia e planos de saúde, que representam cerca de metade do peso dos administrados na inflação, foram os que mais ajudaram a segurar esses preços neste ano.

“Da mesma forma que neste ano esses itens administrados foram importantes para segurar a inflação, no próximo ano vão ser na outra direção”, afirma a economista.

André Braz, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), também afirma que, no ano que vem, com o aquecimento da atividade tanto no Brasil como no resto do mundo, o preço dos combustíveis deve subir e ter uma participação mais forte na inflação.

Haverá ainda o reajuste de dois anos de plano de saúde. Ele afirma que os medicamentos também podem ter um reajuste maior por causa do impacto do dólar sobre a indústria do setor. O aumento, neste caso, é anunciado no final de março.

No transporte urbano, a economista do Itaú Unibanco afirma que os reajustes tendem a ser menores em anos com eleição e maiores nos períodos seguintes e que também pode haver algum mecanismo de compensação pela perda de passageiros neste ano.

O pesquisador do Ibre FGV afirma que, por outro lado, a queda no preço do diesel em 2020 contribuiu para aliviar a revisão das tarifas.

A alta do dólar e mecanismos de compensação também podem afetar outros segmentos, embora essa questão tenha sido parcialmente resolvida no caso do setor elétrico, um dos que mais pesam na inflação, pelo mecanismo da Conta-Covid.

Apesar dessas pressões os economistas avaliam que haverá uma compensação por conta do reajuste menor de outros itens que pesaram mais em 2020, como alimentos, o que ajudará a manter a inflação sob controle.

Marcelo Neves, professor Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, vinculada à FEA-USP), afirma que a queda na massa salarial e o baixo nível de utilização da capacidade industrial contribuem para esse cenário.

“Em função da pandemia alguns reajustes foram adiados, houve algum controle de preços, o que em momentos de crise é normal. No ano que vem, o PIB vai crescer menos do que caiu em 2020 e não será necessário fazer investimento na capacidade instalada para atender uma demanda em que você teve destruição de salários”, afirma Neves.

“Haverá condições para fazer uma recomposição de preços administrados de forma que não vai comprometer a meta de inflação, porque eu tenho capacidade ociosa e destruição de renda. Não vai causar um estrago na economia, diferente do que vimos anos atrás”, diz o professor Fipecafi, se referindo à liberação de preços realizada em 2015.

“A composição da inflação para o ano que vem muda. A deste ano foi 70% comida e 30% tudo mais. No ano que vem, acho que alimentação vai continuar respondendo de forma importante, talvez 40% ou 50%”, afirma Braz, do FGV Ibre.

A mediana das projeções na pesquisa Focus, feita pelo Banco Central junto ao setor privado, aponta para uma inflação medida pelo IPCA de 3,40% no próximo ano, abaixo da meta de 3,75%. A projeção para os administrados é de aumento de 4,5%.

“Os preços administrados, como muitos deles têm de passar por agências reguladoras, houve um esforço para segurar, mas a previsão é que para o ano vem o reajuste seja acima da inflação”, afirma George Salles, economista e professor de Finanças do Ibmec Brasília e São Paulo.

“E isso não vai ser ajustado só em 2020. Pode se esperar uns dois anos de reajustes de preços administrados um pouco acima da inflação”.

Os preços administrados respondem por cerca de 25% do índice de preços ao consumidor do IBGE, o IPCA, que serve como referência para a meta de inflação fixada pelo governo. Os outros 75% são os chamados preços livres, que não são controlados pelo governo ou agências reguladoras.

## **Comportamento dos preços administrados em 2020 e 2021**

### **Combustíveis**

Com a queda no preço do petróleo, os combustíveis devem fechar o ano em baixa, mas se espera novos aumentos no próximo ano, com as cotações se recuperando após o controle da pandemia.

### **Energia elétrica**

Em 2020, vigorou a bandeira verde, com energia mais barata do que no final de 2019. Em 2021, a bandeira deverá voltar a variar de acordo com o tipo de energia gerada. As empresas do setor também receberam um empréstimo para repor perdas geradas pela pandemia, cujo custo será repassado para as tarifas em 54 parcelas descontadas na conta de luz a partir do segundo semestre de 2021.

### **Planos de saúde e medicamentos**

A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) determinou que os beneficiários de planos de saúde terão o reajuste dos valores de 2020 aplicado diluídamente, em 12 meses, contados a



partir de janeiro de 2021. Aumento poderá se somar ao reajuste regular previsto para o próximo ano.

### **Transporte público**

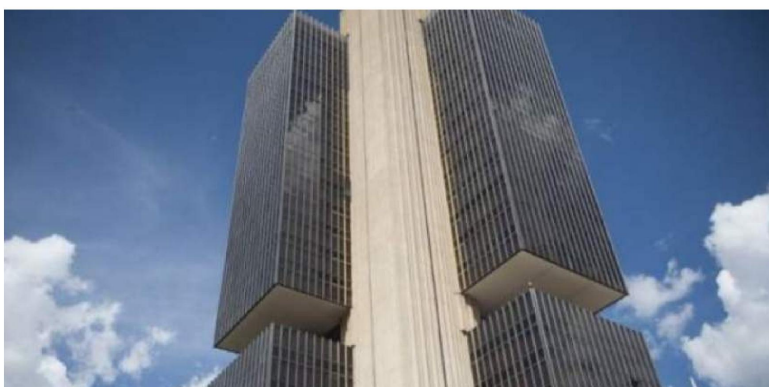
Os reajustes tendem a ser menores em anos com eleição e maiores nos períodos seguintes. Também pode haver algum mecanismo de compensação pela perda de passageiros neste ano. A queda no preço do diesel em 2020 contribui para aliviar a revisão das tarifas no próximo ano.

Veículo: Bocão News	Coluna: Coronavírus
Data: 30/11/2020	



## CORONAVÍRUS

# Contas públicas têm superávit de R\$ 2,95 bi após oito meses de rombo



30 de Novembro de 2020 às 11:34 Por: Antônio Cruz/Agência Brasil Por: Redação BNews

Após oito meses de rombo, as contas do setor público consolidado registraram superávit primário de R\$ 2,953 bilhões em outubro, informou o Banco Central nesta segunda-feira (30).

Os números englobam as contas do governo federal, estados, municípios e empresas estatais. O superávit primário é registrado quando as receitas de impostos e contribuições do governo são maiores que as despesas. A conta não inclui, porém, os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

Apesar de positivo, foi o pior resultado para meses de outubro desde 2015 (déficit de R\$ 15,530 bilhões). No mesmo período de 2019, o superávit fiscal foi de R\$ 9,444 bilhões. Entretanto, informou o BC, foi o primeiro superávit fiscal desde janeiro.

De abril em diante, as contas públicas registraram rombos fiscais elevados por conta do aumento de despesas diante da pandemia do novo coronavírus e da queda na arrecadação, fruto do tombo na atividade econômica e da decisão do governo de adiar o prazo de pagamento de impostos para socorrer empresas.

Nos últimos meses, porém, indicadores apontam para um retomada da economia, ligada ao pagamento do auxílio emergencial e à redução do distanciamento social. Em outubro, os dados oficiais mostraram uma alta maior da arrecadação federal, de quase 10% em termos reais, também devido ao pagamento de impostos atrasados.

Veículo: G1	
Data: 01/12/2020	Caderno: Economia



## Com socorro federal, prefeitos encerram gestão com dinheiro em caixa, mas alívio é de curto prazo

*Em 2020, mesmo com a pandemia do novo coronavírus, municípios tiveram um ganho de caixa de R\$ 45 bilhões até agosto. Levantamento mostra que 11 capitais têm situação financeira confortável.*

Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e G1

01/12/2020 06h00 Atualizado há 3 horas



Socorro da União reforça caixa das prefeituras em R\$ 45 bi

O socorro do governo federal, destinado a reduzir os impactos da pandemia do novo coronavírus, turbinou o caixa dos municípios em 2020. O alívio, no entanto, é apenas de curto prazo. Nos próximos anos, os prefeitos terão de endereçar medidas de ajuste fiscal, em especial no gasto com pessoal, para que os serviços públicos não fiquem comprometidos.

O tamanho da transferência da União para os municípios foi medido em um estudo realizado pelo economista e professor do Insper Marcos Mendes. Ao todo, os **prefeitos tiveram um ganho de caixa de R\$ 45 bilhões entre janeiro e agosto**:

- Os gestores foram beneficiados com **R\$ 43,1 bilhões em transferências federais**;
- Tiveram **R\$ 7,4 bilhões em pagamentos de dívidas suspensos**; e
- Só registraram **R\$ 5,5 bilhões em perdas com receita tributária**.

Mesmo com o aumento de gastos adotado pelos municípios para combater os efeitos do coronavírus, o levantamento mostra que eles **ainda teriam uma folga de caixa de R\$ 23,9 bilhões**.

"A ajuda do governo federal foi muito maior do que as perdas registradas pelos municípios", diz Mendes. "A mensagem importante é que não há espaço para se falar em novos socorros para as cidades, porque elas já estão se mobilizando para pedir dinheiro para a União, mas têm um saldo de caixa muito grande e estão numa situação muito favorável."

O excesso de caixa não foi exclusividade dos municípios. Boa parte dos estados **também conseguiu mais do que repor as perdas provocadas pela crise**.



Estados compensam perdas com arrecadação durante pandemia

"Agora, isso não significa que os novos prefeitos vão ter esse dinheiro para torrar à vontade, porque essa ajuda federal não vai acontecer e a gente não sabe o que vai ser da atividade econômica no ano que vem, não sabe qual vai ser o desempenho da receita. Portanto, os municípios precisam se precaver", alerta Mendes.

O fato de a recessão ter sido menos intensa do que a esperada também contribuiu para as finanças municipais. No início da pandemia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previa que a contração do Produto Interno Bruto (PIB) do país **poderia chegar a 9,1% neste ano**. Hoje, no entanto, os analistas estimam apenas metade dessa queda: -4,5%.

Com o recuo mais brando da atividade econômica, sobretudo por causa do impacto do **Auxílio Emergencial**, a arrecadação de estados e municípios não foi tão afetada. "O Auxílio Emergencial sustentou o consumo e, portanto, o pagamento de impostos. Foi muito pequena a queda de arrecadação de estados e municípios", diz Mendes.

- **Com Auxílio Emergencial, maioria dos estados vê arrecadação de ICMS subir**  
Um levantamento da consultoria Tendências, porém, alerta que a situação financeira das capitais ainda é frágil, apesar da melhora em meio à pandemia. Das 26, apenas 11 têm um orçamento equilibrado. Fazem parte desse grupo as prefeituras de Curitiba, Rio Branco, Boa Vista, São Paulo, Palmas, Vitória, Belo Horizonte, Manaus, João Pessoa, Cuiabá e Porto Velho.

Num mesmo estudo, realizado no início deste ano, **eram oito as capitais com situação financeira confortável.**

# Fragilidade das contas públicas

11 capitais têm situação fiscal confortável

Classificação	Capitais	Notas
8 a 10 Muito boa	Curitiba	8,56
	Rio Branco	8,46
	Boa Vista	8,34
6 a 8 Boa	São Paulo	7,94
	Palmas	7,81
	Vitória	7,79
	Belo Horizonte	7,46
	Manaus	7,22
	João Pessoa	6,57
	Cuiabá	6,18
Porto Velho	6,10	
5 a 6 Média	Aracaju	5,79
	Porto Alegre	5,68
	Salvador	5,41
	Fortaleza	5,26
4 a 5 Fraca	São Luís	4,98
	Goiânia	4,91
	Teresina	4,74
	Macapá	4,41
	Campo Grande	4,29
2 a 4 Muito Fraca	Belém	3,92
	Maceió	2,99
	Florianópolis	2,72
	Recife	2,61
	Natal	2,49
	Rio de Janeiro	2,24

## Como as capitais são avaliadas:

As notas levam em conta seis indicadores de contas públicas. Cada indicador tem um peso diferente: **endividamento** (20%), **poupança corrente** (25%), **liquidez** (25%), **resultado primário** (15%), **despesa com pessoal e encargos** (10%) e **taxa de investimentos** (5%).

O período de análise envolve os anos de **2018 a 2020**

Fonte: Consultoria Tendências

Infográfico atualizado em: 17/11/2020



Para analisar as finanças dos municípios, a Tendências concede notas de 0 a 10 para indicadores de endividamento, poupança corrente, liquidez, despesa com pessoal e investimento. O desempenho dos municípios é apurado com base numa média ponderada dos últimos três anos, até o primeiro semestre deste ano.

**"Os municípios estavam gradualmente melhorando as finanças públicas e, no estudo mais recente, foi possível fazer a captura dessa melhora", afirma o analista de contas públicas da Tendências e autor do levantamento, Fabio Klein. "Mas uma parte importante (desse avanço) é efeito do auxílio que o governo federal prestou aos estados e município, e não dá para a gente desprezar isso."**

Historicamente, a saúde financeira das cidades sempre foi melhor que a dos estados. Com a Constituição de 1988, os municípios foram os entes federativos mais beneficiados com aumento de receita, explica Mendes. O endividamento também sempre foi mais controlado, já que poucos puderam emitir títulos de dívida - o que hoje é proibido. Atualmente, apenas a União tem autorização para emitir títulos públicos.

**"Os municípios comem pelas beiradas. Eles têm a marcha nacional dos prefeitos, vão para Brasília e conseguem uma receitinha a mais aqui, uma transferência a mais ali", afirma Mendes. "Nunca é um grande repasse, é sempre alguma coisa na margem e, com isso, vão equilibrando as contas."**

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CMN), as contas dos municípios têm sido pressionada anualmente porque eles "têm assumido mais responsabilidades sem que, no entanto, sejam geradas ou apontadas as fontes de custeio para responder às mesmas."

Nas contas da entidade, a perda estimada de receita dos municípios é de R\$ 74 bilhões por causa da crise sanitária.

### ***Gasto com pessoal é desafio***

Mesmo com as finanças temporariamente mais ajustadas, os municípios ainda enfrentam problemas estruturais com o gasto de pessoal, sobretudo nas áreas de educação e saúde.

**A solução, na avaliação dos analistas, é que os prefeitos encampem uma reforma da Previdência**, como ocorreu no plano federal e seguindo o exemplo do que alguns estados estão fazendo, e também uma reforma administrativa.

Quando as despesas com pessoal crescem, elas passam a consumir boa parte do orçamento público, deixando pouco espaço para investimentos, por exemplo.

**"A maior parte do orçamento é de gastos de natureza obrigatória de pessoal, e os investimentos acabam sendo sempre a variável de ajuste", diz Klein, da Tendências.**

Na cidade de São Paulo, a reforma da Previdência **foi aprovada em dezembro de 2018**, numa sessão na Câmara de Vereadores marcada por tumulto e confronto entre servidores. A mudança na legislação municipal elevou a alíquota de contribuição dos funcionários públicos de 11% para 14%.

**"Boa parte dos municípios tem um passivo de previdência muito grande. Tem planos de previdência que são desequilibrados", afirma Mendes. "E vão ter muita dificuldade de**

fazer a reforma da Previdência. É uma coisa complexa, difícil de se discutir numa câmara municipal."

### ***O que dizem as prefeituras***

O G1 procurou as prefeituras classificadas com uma situação fiscal fraca ou muito fraca. Veja abaixo o que elas informaram:

- **Belém**

A prefeitura de Belém contestou a pesquisa realizada pela Tendências, "uma vez que a situação fiscal (...) se encontra como estável, com pagamento integral de suas despesas compulsórias, como as folhas de pessoal, precatórios, dívida pública, aquelas não suspensas a partir de julho, mesmo diante de um cenário atípico de calamidade pública devido a pandemia de Covid-19."

- **Florianópolis**

A prefeitura de Florianópolis disse que atual administração passou os dois primeiros anos num processo de "reorganização da casa". "Nesse período algumas ações contribuíram para a recuperação do equilíbrio como: a reforma administrativa, a limitação e o controle das despesas de custeio, bem como, a gestão tributária e da dívida, permitindo a capital ficar com todas as certidões em dia."

- **Goiânia**

A prefeitura de Goiânia informou que, a partir de 2019, "passou a receber nota B do Tesouro Nacional na análise de sua capacidade de pagamento e em 2020 houve melhoria em todos os indicadores de desempenho da avaliação" e que a "atual gestão promoveu uma série de medidas de austeridade" e atua comprometida com o ajuste das contas públicas.

- **Natal**

Em nota, a prefeitura de Natal disse que "ao verificarmos o horizonte temporal (2017 a 2019), tempo de nossa gestão, fizemos avanços positivos, preocupados com a saúde financeira do município, com a responsabilidade fiscal e sem deixar de prestar os bens e serviços para a sociedade natalense."

- **Recife**

Em nota, a secretaria de Finanças afirmou que "desconhece os dados apresentados pelo estudo e entrou em contato com a Tendências para pedir esclarecimentos." As demais não se manifestaram até a última atualização desta reportagem.



## Operação da Fazenda de São Paulo mira R\$ 360 milhões

A Secretaria de Fazenda de São Paulo deflagrou uma operação para cobrar mais de R\$ 360 milhões em débitos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços na modalidade de Substituição Tributária (ICMS-ST). Batizada de Res Aliena (“coisa alheia”, em latim), a iniciativa visa recuperar pelo menos parte desse dinheiro devido por um total de 68 empresas, de pelo menos 14 setores, localizados em 50 municípios do Estado.

A cobrança de ICMS por Substituição Tributária é a modalidade de tributação na qual o Fisco atribui a responsabilidade de recolhimento desse imposto de toda a cadeia de distribuição a um único contribuinte. Este, então, se torna o responsável por repassar ao Estado o imposto retido das demais empresas, que é destacado em documento fiscal.

“Quando esse repasse não é feito, trata-se de apropriação indébita e crime contra a ordem tributária”, explicou ao **Valor** o diretor de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida da Sefaz-SP, Carlos Augusto Gomes Neto, que está coordenando o processo. Para tal crime, além de multa, é prevista pena de detenção de seis meses a dois anos, podendo chegar a três anos em caso de grave dano à coletividade.

Ele comentou que essa é a segunda operação desse tipo realizado no âmbito da secretaria. Há cerca de dois anos, a Sefaz-SP realizou a “Manus Lux”, que recuperou R\$ 118 milhões em impostos devidos pelos contribuintes. Segundo Gomes Neto, a expectativa é que o montante recuperado neste ano seja maior do que o obtido em 2018.

Ontem, a Secretaria de Fazenda começou a convocar os contribuintes devedores para reuniões virtuais que começarão a ocorrer a partir de hoje e serão realizadas até o próximo dia 11 de dezembro. Nesses encontros, serão feitas cobrança diretas e também serão abertos prazos de dez dias para que o contribuinte devedor efetue o pagamento da dívida ou apresente um plano de quitação do que é devido.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), por meio do Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal (Gaerfis), também participará das reuniões. A maior parte dos débitos, um total de R\$ 336 milhões, está inscrita na dívida ativa, pois já esta há mais de três meses sem recolhimento, e, portanto, já tem na procuradoria a responsabilidade pelo processo de cobrança.

Os débitos mais recentes, que ainda não foram colocados na dívida ativa do Estado somam R\$ 30,07 milhões. Gomes Neto explicou que no caso dessas dívidas, a Sefaz não permitirá parcelamento. De acordo com ele, não faz sentido dar esse benefício sendo que os recursos foram recolhidos à vista pelas empresas junto às demais companhias.

No caso dos inscritos em dívida ativa, também não há intenção de parcelamento, ele admite a possibilidade de haver algum acordo entre as empresas e a PGE para algumas poucas parcelas, caso fique evidente a disposição de se regularizar.

As regras de multa e juros de mora do ICMS-ST declarado e não pago são as mesmas do ICMS operação própria das empresas. As multas variam de 2% a 20%, dependendo do tempo de atraso, além de incidência de correção pela taxa Selic.

Passados os dez dias para o pagamento ou apresentação do plano, Gomes Neto diz que quem não se regularizar terá seus processos remetidos para o Ministério Público atuar criminalmente e também para o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), composto por Sefaz, PGE e MP Estadual, que visa acelerar os movimentos de cobrança e punição.

“Essa é a última etapa de cobrança amigável. Vamos fazer reuniões com todas as empresas e, com quem não houver sucesso, encaminharemos para o Cira e para a esfera criminal”, disse.

O diretor da Sefaz explicou que a pandemia foi levada em conta na definição de quem iria ser selecionado para a cobrança. Assim, o foco foi nos devedores contumazes, que já mostravam essa conduta claramente antes da atual crise.

As empresas selecionadas estão nos seguintes setores: alimentos, minerais não metálicos, eletroeletrônicos, farmacêuticos e perfumaria, bebidas, automotivos, madeira e móveis, máquinas e equipamentos, plásticos, químicos e petroquímicos, metalúrgicos, têxtil e confecções, combustíveis e outros.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 01/12/2020	Caderno: Economia



# Contencioso fiscal e gestão tributária

**Jandir J. Dalle Lucca\***

01 de dezembro de 2020 | 07h00

Jandir J. Dalle Lucca. FOTO: DIVULGAÇÃO

Nem sempre a governança tributária é suficiente para impedir a lavratura de autos de infração, seja por falhas inerentes à aplicação da vasta e complexa legislação fiscal, seja em decorrência da interpretação discordante que o fisco e o contribuinte podem lhe atribuir, ou ainda em razão de eventual inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinadas exações.

Em tais situações poderá ser instaurado o processo administrativo tributário, mediante a apresentação de impugnação administrativa.

Numa visão pragmática, abstraindo-se a premissa de que a Administração tem o dever de cumprir o princípio da verdade material e promover a revisão de seus próprios atos, exercendo o controle de legalidade do ato administrativo, de modo que a norma cabível seja aplicada aos fatos devidamente apurados, e reconhecendo-se a litigiosidade que cerca todo o desenvolvimento do processo administrativo fiscal, restará ao contribuinte se defender adequadamente, utilizando todos os meios e recursos previstos na legislação de regência para que possa alcançar o desfecho que melhor aprouver aos seus interesses.

Dentro desta ordem de ideias deverá ser concebida a estratégia de defesa, mediante a avaliação da conveniência da utilização das diversas ferramentas processuais disponíveis. Muito embora esses instrumentos possam variar de acordo com a legislação específica de cada ente tributante (União Federal, Estados, Distrito Federal e

Municípios), há um núcleo comum de providências que terá cabimento em qualquer circunstância.

Como se sabe, a apresentação de impugnação e recursos posteriores suspende a exigibilidade do crédito tributário até que ocorra o trânsito em julgado da decisão administrativa (CTN, art. 151, III). Tal efeito é, sem dúvida, o primeiro grande atrativo da instauração do processo administrativo fiscal, pois evitará que o crédito tributário seja inscrito em dívida ativa e, por via de consequência, que o contribuinte possa desde logo sofrer o ajuizamento de execução fiscal.

Conquanto a suspensão do crédito tributário possa representar uma consequência desejada e indicada na maioria das situações, é necessário cotejá-la com o benefício normalmente oferecido pelos sujeitos ativos de desconto nas penalidades, caso o contribuinte renuncie ao direito de litigar administrativamente e realize o pagamento no prazo cominado.

Essa análise por certo deverá ser realizada levando em consideração a viabilidade jurídica das teses que poderão ser apresentadas na impugnação administrativa. Mas, além disso, fatores extrajurídicos também deverão ser ponderados, como a disponibilidade financeira para a realização do pagamento e a perspectiva de o ente tributante vir a oferecer programas de pagamento incentivado, quando normalmente são oferecidos descontos nas multas e até mesmo nos juros incidentes.

A mensuração desses elementos jurídicos, financeiros e políticos constitui uma equação que será melhor resolvida pelo concurso de agentes de diversas especialidades, e não apenas dos operadores do direito, envolvendo o sopesamento de fatores objetivos (como os financeiros) e subjetivos (como os políticos), além dos exclusivamente jurídicos (como a análise do direito e da jurisprudência aplicáveis ao caso).

A partir dessa avaliação inicial e uma vez estabelecida a conveniência da apresentação da impugnação administrativa, seguir-se-á a definição das teses que comporão a matéria de defesa e dos meios de prova que serão produzidos no processo administrativo.

A eleição das teses defensivas não deverá prescindir da interpretação da legislação e da jurisprudência inerentes ao tributo e ao ente tributante em questão, pois poderá haver limitações quanto o seu conhecimento por parte do órgão julgador administrativo.

Do mesmo modo, a escolha das provas que serão produzidas também dependerá da análise das prescrições legais que versem sobre o contencioso fiscal em questão, seja quanto à modalidade, seja em relação ao momento de produção, assim como da interpretação dada a tais dispositivos pela jurisprudência administrativa. Normalmente a prova documental deverá ser oferecida juntamente com a impugnação, mas essa regra é por vezes flexibilizada pelos tribunais administrativos pela aplicação dos princípios da verdade material, da instrumentalidade das formas e do formalismo moderado.

Contudo, por vezes o lapso temporal entre a notificação da autuação fiscal e o prazo para o oferecimento da impugnação, que na maioria dos casos é de trinta dias, é insuficiente para a reunião das provas necessárias, muitas vezes relativas a fatos ocorridos muitos anos antes.

Portanto, se a atividade desempenhada pelo contribuinte o sujeitar a questionamentos fiscais frequentes, constituirá estratégia recomendável a antecipação da produção de determinadas provas, mesmo antes de eventual notificação fiscal para prestar esclarecimentos ou da lavratura de auto de infração.

Diante desse cenário, é recomendável que as empresas incorporem práticas de *compliance tributário* que possibilitem a criação de dossiês probatórios dos aspectos que, pela experiência, poderão ser alvo de questionamentos fiscais futuros, sempre considerando as diretivas da jurisprudência judicial e administrativa sobre o tema.

Com essas providências preventivas, poderão não apenas ser evitadas autuações, mas, se confirmadas, o oferecimento de defesa administrativa terá maiores chances de sucesso.

As práticas de *compliance tributário* são, desse modo, intimamente relacionadas à efetividade da gestão tributária e também do processo administrativo fiscal nos casos onde seja inevitável a lavratura de autos de infração, incrementando as chances de êxito

mediante a adoção de medidas preventivas tanto para evitar o desatendimento de obrigações, mas também para municiar a empresa de elementos probatórios que servirão de suporte para as teses defensivas no curso do contencioso fiscal.

Em resumo, o processo administrativo fiscal poderá constituir uma ferramenta relevante de gestão tributária, cuja maior ou menor eficácia dependerá da implementação de medidas prévias e contemporâneas ao seu desenvolvimento, desde a adoção de práticas de *compliance* aptas não apenas para evitar o descumprimento de obrigações tributárias e respectivas sanções, mas consistentes o suficiente para oferecer elementos probantes no caso de autuação fiscal, passando pela avaliação multidisciplinar da conveniência da impugnação administrativa e da interposição dos recursos cabíveis.

**\*Jandir J. Dalle Lucca, advogado empresarial. Especialista em Direito Tributário. Juiz Titular do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT/SP)**



# Maia diz que reforma tributária já tem 320 votos para ser aprovada, mesmo sem ajuda do governo

*Presidente da Câmara tem defendido o texto como prioridade na pauta da recuperação econômica do País; para aprovar uma PEC na Casa são necessários, pelo menos, 308 votos, em dois turnos*

**Camila Turtelli, O Estado de S. Paulo**

30 de novembro de 2020 | 16h48

BRASÍLIA - O presidente da **Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, acredita já ter **apoio suficiente para se aprovar a reforma tributária** na Câmara.

Segundo ele, já há **320 votos favoráveis à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45**, mesmo sem contar com a ajuda dos partidos da base do **governo**. Maia tem defendido o texto como prioridade na **pauta de recuperação econômica do País**. “Não vamos resolver o problema do Brasil apenas cortando despesas”, disse Maia em entrevista ao *Uol*. “Precisamos de uma macro reforma que é a tributária”, afirmou.

Para aprovar uma proposta de emenda à **Constituição** na Câmara são necessários, pelo menos, **308 votos**, o que corresponde a três quintos dos deputados, em dois turnos.

A PEC 45 **substitui 5 tributos (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS)** pelo **IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)**. A alíquota estimada para não alterar a arrecadação é entre **20% e 25%**. A receita é compartilhada entre **União, Estados e municípios**. A proposta prevê cobrança não cumulativa (quem está no meio da cadeia recebe como crédito o que foi pago pelo fornecedor) e com desoneração de investimentos e exportações. Haveria ainda um **tributo federal** seletivo sobre **cigarros e bebidas**. Segundo Maia, o relator da proposta, o deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, deve apresentar seu parecer para partidos e governo nesta semana e, se houver consenso, o

texto vai à votação. “Se não tiver [consenso], ficará para o próximo presidente da Câmara pautar, ela estará pronta para votação”, disse.

## **Pauta prioritária**

### **Maia cobrou do governo uma pauta com os projetos econômicos**

**prioritários** para o Executivo para as próximas semanas. “Governo deveria ter começado o dia hoje cedo com uma coletiva para falar qual é a pauta de seu interesse para os próximos dois meses”.

Para ele, o governo não quis enfrentar os desafios durante o **processo eleitoral** e deveria, findo o segundo turno, tratar de projetos como a **PEC Emergencial**, que prevê medidas de contenção de gastos, principalmente com servidores. “Senti falta na manhã de hoje de uma posição mais clara e de urgência, nesse momento, em relação às pautas que tratam das despesas públicas”, disse. “Teremos aí dois, três meses que vão definir o futuro do País e da eleição de 2022”, afirmou.

Maia mandou recado para o governo não deixar suas ações para os últimos dias do ano e ressaltou mais uma vez que não haverá prorrogação do **estado de calamidade** e nem do **orçamento de guerra**, mecanismos que permitiram ampliar os gastos neste ano por causa do combate à **covid-19**, sem que o governo descumprisse regras fiscais.

# Gasolina, energia e saúde vão pesar mais no bolso do consumidor em 2021

Preços devem subir acima da inflação; conta de luz já fica mais cara hoje com bandeira vermelha

**Eduardo Cicolo**

**SÃO PAULO** A inflação de preços controlados pela administração pública, como tarifas de serviços essenciais, deve ficar neste ano em um dos patamares mais baixos da história, mas voltará a pesar no orçamento do consumidor em 2021.

Por causa da pandemia, reajustes de planos de saúde e energia foram adiados. Além disso, os preços de combustíveis caíram por causa da desaceleração da economia em 2020, mas devem voltar a subir no próximo ano.

As projeções do Banco Central para a inflação dos chamados preços administrados são de 2,8% para 2020 e 5,1% para 2021 (ainda abaixo dos 5,5% de 2019). O IPCA total ficará em 3,4% nos dois períodos, de acordo com a estimativa da autoridade monetária.

As projeções não diferem muito daquelas feitas pelo setor privado, que descarta a possibilidade de um choque de preços no próximo ano semelhante ao que ocorreu no segundo mandato de Dilma Rousseff (2011-2016) e na Presidência de Michel Temer (2016-2018), quando os administrados tiveram aumento médio de 9,5% por ano.

Alguns aumentos, no entanto, devem pesar no bolso dos consumidores em um momento de queda na renda.

A rodada de reajustes começa em janeiro, quando são definidas as novas tarifas de transporte público.

No mesmo mês também começam a subir os planos de saúde, cujo reajuste de 2020 será parcelado em 12 meses a partir de janeiro de 2021. Planos individuais e familiares terão um duplo reajuste, pois haverá ainda o aumento referente ao próximo ano.

As tarifas de energia elétrica subirão neste ano, mas houve certo alívio com a chamada Conta Covid, que possibilitará diluir o repasse de despesas das empresas de energia no período da pandemia por um período de 54 meses a partir do segundo semestre de 2021. Sem esse mecanismo, o repasse para a conta de luz seria dividido em 12 meses.

Nesta segunda (30), a Aneel (agência de energia elétrica) decidiu retomar o sistema de bandeiras tarifárias, o que vai elevar as contas neste ano, mas pode dar algum alívio em 2021.

A partir desta terça (1º), a bandeira deixa de ser verde e parte diretamente para a vermelha potamar 2 (pulando a amarela e vermelha 1), a mais elevada e que encarece a conta de luz em R\$ 6,243 para cada 100 kWh consumidos.

Em maio, devido à pandemia do novo coronavírus, a Aneel havia decidido manter a bandeira verde (sem cobrança extra) acionada até 31 de dezembro, mas a queda no nível de armazenamento nos reservatórios das hidrelétricas e a retomada do consumo de energia levaram à revisão da decisão desta segunda.

Quando a produção nas usinas hidrelétricas (energia mais barata) está favorável, aciona-se a bandeira verde, sem acréscimos na tarifa. Em condições ruins, podem ser acionadas as bandeiras amarela, vermelha 1 ou vermelha 2.

Os reajustes de água e esgoto e medicamentos chegaram a ser adiados, mas foram aplicados ainda em 2020.

Júlia Passabon, economista do Itaú Unibanco, afirma que os itens gasolina, energia e planos de saúde, que representam cerca de metade do

peso dos administrados na inflação, foram os que mais ajudaram a segurar esses preços neste ano.

"A gasolina deve subir bem no próximo ano, e o mesmo vale para energia elétrica e planos de saúde", afirma.

"Da mesma forma que nes-

te ano esses itens administrados foram importantes para segurar a inflação, no próximo ano vão ser na outra direção".

André Braz, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), também afirma que, no ano que vem,

com o aquecimento da atividade tanto no Brasil como no resto do mundo, o preço dos combustíveis deve subir e ter uma participação mais forte na inflação.

Haverá ainda o reajuste de dois anos de plano de saúde e aumentos maiores da energia.

Ele afirma que os medicamentos também podem ter um reajuste maior por causa do impacto do dólar sobre a indústria do setor. O aumento, nesse caso, é anunciado no fim de março.

No transporte urbano, a economista do Itaú Uniban-

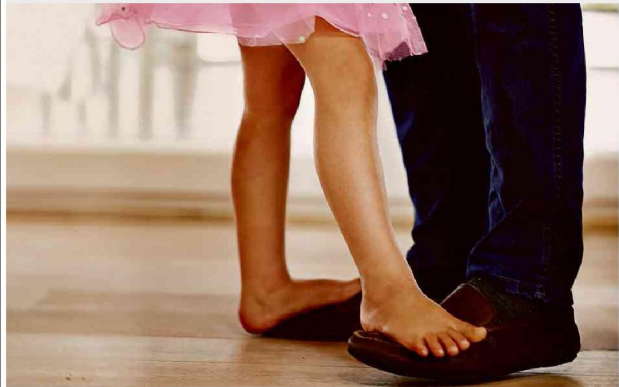
co afirma que os reajustes tendem a ser menores em anos com eleições e maiores nos períodos seguintes e que também pode haver algum mecanismo de compensação pela perda de passageiros neste ano.

O pesquisador do Ibre FGV afirma que, por outro lado, a queda no preço do diesel em 2020 contribuiu para aliviar a pressão das tarifas.

A alta do dólar e mecanismos de compensação também podem alterar outros segmentos, embora a questão tenha sido parcialmente resolvida no setor elétrico, um dos que mais pesam na inflação, com a Conta Covid.

Continua na pág. A22

## E daqui pra frente?





O Safra só é o Safra porque, há mais de 175 anos, está sempre pensando sério no 'daqui pra frente'.

Nossos especialistas têm um cuidado especial a cada escolha e a cada movimentação.

Daqui pra frente, repense seus investimentos.

Abra sua conta agora. Invia como um especialista.

**Safra**

Central de Atendimento Safr: 55 (11) 3253-4455 (capital e Grande São Paulo) e 0300-105-1234 (demais localidades) - de 2ª a 6ª feir, das 8h às 21h30, exceto feriados. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 0800-772-5755; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-772-4136 - 24 horas por dia. Ouvidoria (caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito): 0800-770-1216; atendimento a portadores de necessidades especiais auditivas e de fala: 0800-727-7555 - de 2ª a 6ª feir, das 9h às 18h, exceto feriados; ou acesse [www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria.htm](http://www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria.htm). [www.safra.com.br](http://www.safra.com.br)





de pagar as contas, exceto os encargos da dívida pública. Se as receitas são maiores que as despesas, há superávit. Se não há déficit, o resultado nominal considera também os juros da dívida no cálculo.

Desde o início da crise sanitária, além de gastar mais, o governo tem arrecadado menos com a queda da atividade e as medidas de restrição, o que contribui para o maior rombo das contas públicas.

Com a flexibilização do isolamento, a arrecadação aumentou e alguns impostos postergados por causa da pan-

ção do déficit primário. Essa evolução já estava bastante clara e era previsível que o nível de IS 1 tri fosse ultrapassado”, afirmou Fernando Rocha, chefe do Departamento de Estatísticas do BC.

“Tivemos redução das despesas extraordinárias [para a pandemia], volta do pagamento de impostos prorrogados e aumento de arrecadação em razão da flexibilização do isolamento”, disse.

A dívida pública bateu novo recorde em outubro e alcançou 92% do PIB (Produto Interno Bruto), alta de 0,2 pon-

tos expressivos mensais desde o início da pandemia. Entre maio e junho, saltou 3,27 pontos percentuais, maior diferença mensal da série histórica iniciada em 2006.

Depois da chegada da Covid-19, o governo teve de gastar mais em programas emergenciais, como o auxílio aos mais pobres e crédito às empresas.

“A dívida bruta continua em trajetória de crescimento, alcançando os maiores resultados da série iniciada em 2006, mês a mês, o que é esperado no cenário”, afirmou Rocha.

A elevação da dívida bruta

nores fez com que o efeito da desvalorização [cambial] fosse suficiente para reduzir a dívida líquida”, disse Rocha.

No período, o dólar subiu 2,3% e puxou a dívida líquida 2,6 ponto percentual para baixo. Quando há valorização da moeda americana, há redução do valor da dívida líquida em reais porque são descontadas as reservas internacionais, mensuradas em dólar.

Além disso, o crescimento do PIB nominal contribuiu em 0,2 ponto para a diminuição da dívida líquida.

do jogo de futebol o direito exclusivo de transmissão ou negociar a transmissão.

A Constituição proíbe a reedição de MPs rejeitadas ou que tenham perdido validade em uma mesma sessão legislativa — ou seja, no mesmo ano.

Uma MP tem vigência por 60 dias, prorrogável por igual período. Para virar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado no prazo máximo de 120 dias.

A possibilidade de reedição da MP dos balanços e do mandante no futebol foi le-

A flexibilização nas regras trabalhistas tem o aval do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ele, porém, pode não estar à frente da Casa quando os textos forem reencaminhados pelo governo.

A MP dos balanços, de agosto de 2019, foi vista como revanchismo do governo contra a imprensa, e a do mandante do futebol, de junho de 2020, contra a Globo.

A primeira perdeu a validade em dezembro de 2019, e a segunda, em outubro deste ano.

## COMUNICADO

A Claro S/A, autorizada do STFC na modalidade Local, informa aos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) o início da comercialização do Plano Alternativo de Serviço PAS 115 LC, “NETFONE LOCAL FIXO MAIS”, da modalidade Local, e respectivas promoções, à zero hora do dia 3/12/2020, nas cidades de Mossoró (RN) e Petrolina (PE).

PROMOÇÃO – DESCRIÇÃO	VALOR PROMOCIONAL COM TRIBUTOS PARA TODOS OS ESTADOS
PROMOÇÃO ILIMITADO BRASIL TOTAL	R\$ 20,00
PROMOÇÃO ILIMITADO MUNDO TOTAL	R\$ 40,00

TRIBUTOS INCIDENTES: ICMS (AC, ES, RR, SC E SP: 25%; MG E MT: 27%; BA E DF: 28%; AP, GO, MA, MS, PR E TO: 29%; AL, AM, CE, PA, PI, PB, PE, RN, RS E SE: 30%; RJ: 32%; E RO: 35%); COFINS (3%) E PIS (0,65%).

### Observações:

- Promocionalmente, a franquia de minutos será ilimitada para perfil de uso Residencial nas ligações locais destinadas a terminais fixos.
- Promoção Ilimitado Brasil Total – Para assinantes do PAS 115 LC que também sejam assinantes do PAS 224 LD, da modalidade Longa Distância Nacional, a franquia de minutos ilimitados (item 1) incluirá as ligações de longa distância nacional, com o CSP 21, destinadas a terminais fixos, e, promocionalmente, as ligações locais destinadas a terminais do Serviço Móvel Pessoal, incluídas as ligações de longa distância nacional com o CSP 21, serão gratuitas para perfil de uso Residencial.
- Promoção Ilimitado Mundo Total – Para assinantes do PAS 115 LC que também sejam assinantes do PAS 232 LD, da modalidade Longa Distância Internacional, a franquia de minutos ilimitados (item 1) incluirá as ligações de longa distância nacional, com o CSP 21, destinadas a terminais fixos, e, promocionalmente, as ligações locais destinadas a terminais do Serviço Móvel Pessoal, incluídas as ligações de longa distância nacional com o CSP 21, serão gratuitas para perfil de uso Residencial e pagará o valor adicional de R\$ 20,00, com tributos, correspondente à franquia mensal do PAS 232 LD, e terão ligações DDI, com o CSP 21, ilimitadas para 35 países (conheça a listagem de países pelo telefone 106-21 ou pelo site [www.claro.com.br](http://www.claro.com.br)).

As demais condições do PAS 115 LC permanecem inalteradas, salvo a Promoção Brasil Claro, que se encontra indisponível para as cidades acima mencionadas.

Valores promocionais e promoções válidos por tempo indeterminado; qualquer alteração será precedida de comunicado público.

Mais informações podem ser obtidas na Central de Atendimento Claro, pelo telefone 106-21, ou no site [www.claro.com.br](http://www.claro.com.br)

## Benefícios tributários vão somar neste ano R\$ 471,7 bi, diz entidade de auditores

Cálculo da Unafisco, porém, é polêmico por incluir inexistência de imposto sobre as grandes fortunas

Por Edna Simão — De Brasília

01/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

### Privilegiômetro Tributário

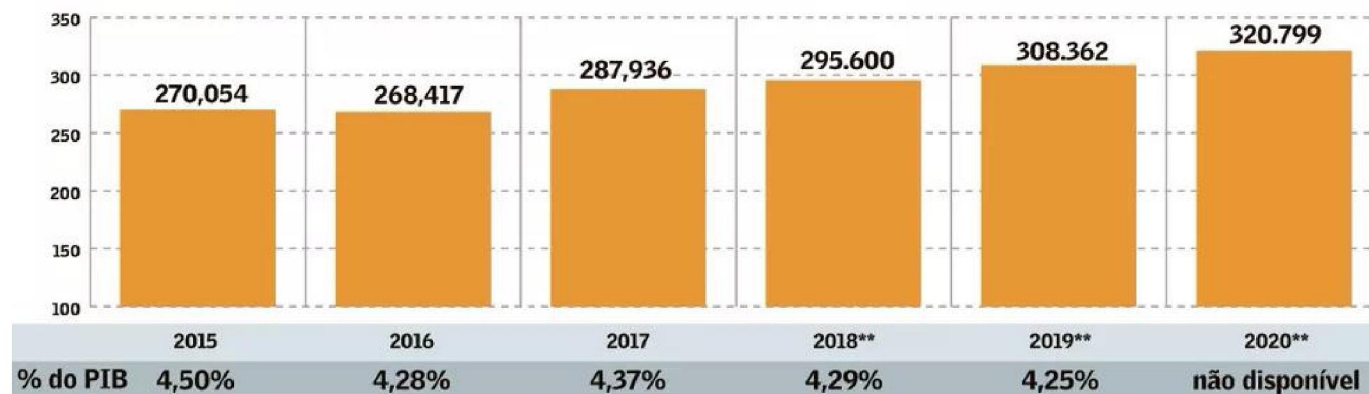
Criado pela Unafisco, indicador vai permitir a consulta sobre os gastos tributários do governo

#### 10 maiores privilégios tributários em 2020

Valor do privilégio (R\$ bilhões)

Isenção de IR dos lucros e dividendos	59,79
Não instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGP)	58,8
Simplex Nacional*	33,292
Zona Franca de Manaus	28,051
Programas de parcelamentos especiais - total (direto e indireto)	22,245
Entidades Filantrópicas	14,161
Agricultura e Agroindústria - desoneração da folha*	13,894
Desoneração da folha de salários	10,405
Medicamentos*	10,303
Exportação da Produção Rural	8,009
<b>Total dos 10 maiores privilégios</b>	<b>258,953</b>
<b>Total de privilégios</b>	<b>324,412</b>

#### ■ Evolução dos gastos tributários, segundo dados da Receita Federal - em R\$ bilhões



Fontes: Unafisco Nacional e Receita Federal. \* parcial. \*\* dados projetados.

## Benefícios tributários vão somar neste ano R\$ 471,7 bi, diz entidade de auditores

Os benefícios tributários devem somar neste ano R\$ 471,7 bilhões, valor bem acima das projeções de R\$ 320,8 bilhões, segundo estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) repassado ao **Valor**. A diferença se deve ao fato que, ao contrário do Fisco, os cálculos da associação consideram projeções de renúncia com isenção de Imposto de Renda (IR) sobre lucro de dividendos, inexistência de imposto sobre as grandes fortunas e benefícios concedidos nos parcelamentos especiais como Refis - classificados como privilégio.

Do total de R\$ 471,7 bilhões, R\$ 324,4 bilhões são considerados como um privilégio pela Unafisco. No estudo, a entidade considera 59 gastos tributários como privilégio, sendo que os dez maiores privilégios tributários correspondem a 80% do valor total de privilégios para 2020.

Na avaliação da entidade, os gastos tributários com algum retorno social e/ou econômico somam neste ano R\$ 147,267 bilhões. A Receita Federal informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não comentaria o estudo.

Na avaliação de tributaristas ouvidos pelo **Valor**, a isenção de IR sobre lucro e dividendos assim como de descontos de juros e multas em parcelamentos especiais podem até ser considerados como um gasto tributário. Porém, esse não é o caso de imposto sobre grandes fortunas, que nunca foi regulamentado.

“Não posso considerar na conta algo que não existe”, disse a tributarista Ana Claudia Utumi. O presidente da comissão de assuntos tributários da OAB-DF, Alberto Medeiros, acrescenta que não existem parâmetros de quanto representaria esses gastos.

Os tributaristas chamam a atenção para a tributação sobre lucros e dividendos, que não consideram como um privilégio tributário. Isso porque a tributação sobre a pessoa jurídica já é elevada e dependendo de quanto for se tributar o lucro e dividendos para não inibir investimento corporativo. “Esse gasto tributário está longe de ser um privilégio”, diz Medeiros.

Para o tributarista Edison Fernandes, professor da FGV Direito de São Paulo, é muito difícil fazer essas previsões com relação a gasto tributário e privilégio porque essas contas não consideram “efeitos externos” da concessão e retirada de um benefício. Nos parcelamentos especiais, a estimativa desse gasto tributário seria irreal pois há situações em que a dívida nem sequer seria a recebida se não houvesse esse tipo de iniciativa.

Segundo o estudo da Unafisco, a estimativa gasto tributário total considerou como base os dados da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2020 e estimativas feitas pela entidade para projetar qual seria a renúncia de benefícios que hoje não são classificados como gasto tributário pela Receita.

Para não ser acusado de apresentar dados extremamente elevados em um ano que a arrecadação é afetada pelo efeito do coronavírus, o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva, disse que o montante de privilégio tributário deve ser menor que os R\$ 324,4 bilhões projetados inicialmente.

De acordo com ele, se considerada a queda no PIB de 5,56% projetada pelo Banco Central para este ano, por exemplo, o valor dos privilégios tributários seria R\$ 306,513 bilhões. Na sua avaliação, o tema deveria ter uma atenção especial nas discussões da reforma tributária.

A lista de dez privilégios tributários em 2020 da Unafisco inclui: isenção de IR de lucro e dividendos (R\$ 59,8 bilhões); não instituição de imposto sobre grandes fortunas (R\$ 58,8 bilhões), Zona Franca de Manaus (R\$ 28,1 bilhões), programas de parcelamentos especiais (R\$ 22,2 bilhões); entidades filantrópicas (R\$ 14,2 bilhões); desoneração da folha de salários (R\$ 10 bilhões); exportação de produção rural (R\$ 8 bilhões). No caso do imposto sobre grandes fortunas, a entidade considerou uma alíquota de 4,8%, aplicada sobre patrimônio líquido superior da R\$ 4,67 milhões, o que representaria potencial arrecadatório de R\$ 58,8 bilhões.

Na lista ainda estão alguns benefícios nos quais a entidade considera que existe um privilégio, porém, parcial. É o caso do Simples Nacional, em que a renúncia total é calculada em R\$ 83,2 bilhões, mas que R\$ 33,3 bilhões são classificados como privilégio. O mesmo acontece com benefício concedido para agricultura e agroindústria para desoneração da cesta básica e no caso de medicamentos.

Segundo o estudo, o Privilégiômetro contabilizou como privilégio os gastos relativos às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional com receita bruta superior a R\$ 1,2 milhão. Já a desoneração da cesta básica e dos medicamentos não se configura como privilégio tributário naquela parcela aproveitada por contribuintes incluídos no programa Bolsa Família.

O acompanhamento sobre quanto o governo deixou de arrecadar em razão de benefícios tributários pode ser feito no chamado Privilégiômetro Tributário, lançado recentemente pela Unafisco.

## Equipe econômica vê sucessão na Câmara travando reformas

O jogo político em torno das reformas constitucionais (PECs emergencial e do pacto federativo, além da reforma tributária) e do novo programa social por enquanto está travado e dificilmente terá algum avanço relevante neste ano, avaliam fontes da equipe econômica. A leitura é que, para esses temas andarem, depende-se da evolução dos acordos políticos em torno da sucessão à presidência da Câmara.

Nesse ambiente, a prioridade maior é resolver problemas de curto prazo, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sem a qual há risco de paralisação da máquina (“shutdown”), e tentar avançar nos projetos como lei do gás, cabotagem e autonomia do BC, dando sinais mais amigáveis aos investimentos.

O PLP 101, que trata de novas regras fiscais para os Estados, também é uma prioridade, mas há uma percepção de que ele também corre risco de ficar para o ano que vem devido ao ambiente político. De qualquer forma, as negociações entre governo e Congresso seguem em curso em todos esses temas, inclusive as PECs, e não se descarta que haja avanços.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro voltou a ameaçar com cartão vermelho quem falar sobre o Renda Brasil. A despeito do tom, o movimento presidencial foi bem visto na área econômica porque foi interpretado como respaldo dele ao teto de gastos, ainda que essa fala signifique também a manutenção de um clima mais inóspito a medidas como desindexação e redirecionamento de gastos sociais considerados de baixa qualidade, como o abono salarial.

Manter as despesas do próximo ano dentro dos limites do teto ainda é um dos principais objetivos da equipe econômica, como forma de sinalizar que há compromisso com a responsabilidade fiscal e com o controle do endividamento.

Nesse quadro, um dos jogos que tende a crescer nas próximas semanas é sobre como fortalecer o Bolsa Família. O orçamento previsto de R\$ 34,8 bilhões para o próximo ano já contempla um ligeiro aumento no benefício médio, de R\$ 191 para R\$ 202, mas, a depender dos arranjos no projeto de lei orçamentária, o valor pode ser maior ou o programa pode atingir mais gente, com algum ajuste para cima na linha de pobreza.

Caminhos como o redirecionamento de emendas parlamentares de bancada, que poderiam reforçar o orçamento em até R\$ 8 bilhões, e o remanejamento de algumas despesas discricionárias poderia viabilizar, no universo atual de beneficiários, algo em torno de R\$ 20 ou até um pouco mais no valor médio. Ainda assim, também não se espera que o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) seja aprovado neste ano, ou seja, a execução de despesas do início do ano deve ficar restrita ao 1/12, se a LDO for mesmo aprovada.

Além disso, há uma disputa em curso também sobre onde seria melhor alocar os recursos, se em projetos de infraestrutura tocados pelos ministros Tarcísio Freitas (Infraestrutura) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) ou no pulverizado Bolsa Família. Freitas e Marinho têm se articulado no Congresso para tentar reforçar os recursos para suas pastas em 2021.

No âmbito da reforma tributária, apesar de o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), ter dito que já teria votos suficientes para aprovar a PEC 45, há dúvidas na área econômica sobre isso. E, ainda que tenha enviado a primeira etapa da proposta de reforma tributária do governo, percebe-se que já não há tanta pressa no bloco P da Esplanada em fazer esse tema avançar. Um dos temores é o risco de aumento da carga tributária exatamente em um momento no qual o país está ainda se recuperando da crise econômica e que precisa crescer para gerar empregos e também recuperar a saúde das contas públicas, dado que os números são calculados em relação ao PIB. Nesse sentido, ainda se sonha com o imposto sobre transações para compensar desoneração da folha e ainda aliviar a carga do IVA.

Uma fonte do governo ressalta que Maia tem feito um discurso voltado para a “Faria Lima” e, por isso, deve-se dar um desconto ao otimismo que ele vende em torno da possibilidade de avanço dessa reforma. Esse interlocutor aponta que ainda não há um entendimento pleno entre Estados e municípios e ainda há sinalizações de medidas que não têm acordo, como tributação sobre grandes fortunas.

## Risco fiscal e segunda onda, os desafios da economia

A economia brasileira deve ter forte recuperação no 3º tri do ano após queda sem precedentes de 9,6% no PIB no 2º tri de 2020 no auge da primeira onda da covid. Aparentemente a ação do governo federal conseguiu assegurar uma recuperação rápida e o PIB do ano, mesmo sendo negativo, terá não só uma queda mais amena do que anteriormente cogitado, como também melhor que outros países vizinhos como Argentina e México.

O modelo de nowcast da FGV-EESP-Cemap prevê uma subida do PIB de 7,5% no 3º tri com ajuste sazonal e -5% na média do ano. Já para 2021, o cenário de crescimento se aproxima de 2,7%. Esses números estão um pouco abaixo do consenso do mercado, que, segundo Boletim Focus de 30/11, aponta -4,5% em 2020 e 3,45% em 2021.

De qualquer maneira, o esforço fiscal para suavizar a recessão agravou desequilíbrios graves já existentes na economia brasileira. Houve uma enorme elevação do déficit público. Segundo o Instituição Fiscal Independente (IFI), o déficit público para 2020 deve ficar em cerca de R\$ 780 bilhões e a dívida pública deve atingir 93% do PIB. Esse enorme desequilíbrio nas contas públicas elevará a dívida pública para patamares ainda mais desconfortáveis se aproximando de 100% do PIB até 2024 segundo o IFI.

Patamares tão altos de dívidas são extremamente preocupantes para um país emergente. Já há sinais de que o mercado está mais temeroso em financiar tal dívida tão alta associado a juros básicos historicamente baixos para os padrões brasileiros.

Se não houver melhora das contas públicas e apreciação do real, será questão de tempo até a inflação subir

Até o final de 2019, havia uma combinação de política fiscal com ajuste gradual dos déficits primários e uma política monetária mais acomodatória, que ocasionava uma depreciação suave do câmbio, que era salutar para o crescimento da economia. Com a pandemia, esta equação foi radicalmente alterada. O estouro das contas públicas, cortes adicionais da política monetária e deterioração da perspectiva de uma agenda reformista elevaram o risco do país e exacerbaram a desvalorização cambial. O desalinhamento do câmbio real estava, segundo as estimativas feito pelo FGV-EESP-Cemap, em cerca de 34% no terceiro trimestre de 2020, sendo um dos maiores já verificados na série histórica iniciada em 1980.

A depreciação excessiva câmbio não foi a única consequência da piora fiscal. Há também percalços na colocação da dívida pública com o mercado não aceitando prazos curtos de títulos pré-fixado e própria exigência de ágios na LFTs, títulos pós fixados que pagam Selic e lastreiam os fundos DI, sinalizando riscos crescentes. O próprio Banco Central alegou que não podia mais cortar os juros por razões prudenciais, pois há potencial de migração de ativos entre carteiras que desarmonizariam o sistema financeiro.

Outro desequilíbrio grave que está emergindo na economia brasileira advém da pressão inflacionária. Esta é uma consequência direta da desvalorização da taxa de câmbio. Os IGPs, que contém predominantemente bens transacionáveis e logo fortemente influenciados pelo câmbio, atingiram a variação de 23% no acumulado dos últimos doze meses. Outros efeitos também contribuíram para tal pressão, tais como aumento preços de commodities, auxílio emergencial e gargalos de produção em alguns setores específicos por conta da pandemia.

Há dois grandes riscos no horizonte: a ausência de medidas para reverter o desequilíbrio fiscal e uma eventual segunda onda da covid no mundo e no Brasil.

No caso da pandemia, num cenário otimista, há a possibilidade de aplicação de vacinas ao longo do primeiro semestre de 2021. Porém, necessidade novamente de medidas de distanciamento social, mesmo que de forma mais suave, além dos temores quanto ao receio de contaminação, pode diminuir o ímpeto da recuperação economia brasileira no próximo ano. Também não há espaço fiscal para acomodar, sem custos para o crescimento, uma nova rodada de auxílios por conta de uma segunda onda.

O desafio de ajustes das contas públicas é hercúleo, pois não se limita à questão econômica, sendo a engenharia política de sua implementação extremamente desafiadora. O único alento na questão fiscal é a existência do teto de gastos, que serve como disciplinador das discussões, sendo que esse só pode ser abandonado por emenda constitucional e devido à exigência de quórum qualificado exige coordenação política, artigo escasso no executivo federal.

O atraso nas discussões do orçamento de 2021 é preocupante e evidencia a falta de rumo e prioridade da administração federal. É muito difícil conseguir adicionar gastos ao já extremamente rígido orçamento

federal. O caminho a ser trilhado vai na direção da desvinculação de gastos e consolidações de programas sociais. Este último ponto, contudo, já foi publicamente descartado pelo presidente da República. A experiência recente do governo Dilma mostra que as transferências para populações mais pobres, além de serem um instrumento importante de redistribuição de renda, gera efeitos positivos importantes na popularidade do presidente. Tais políticas são vitais numa eleição apertada para o incumbente, contudo, a mesma experiência mostra que não há presidente que resista a uma economia desorganizada.

A falta de visibilidade de melhoras fiscais e uma política ambiental infantil fazem com que o país perca oportunidades importantes num ambiente internacional de juros baixos que devem continuar numa nova administração nos Estados Unidos dado pela vitória de Joe Biden. O enfraquecimento do dólar em nível mundial seria uma oportunidade para corrigirmos o nosso desalinhamento cambial de uma forma bem mais benigna via apreciação do câmbio nominal. A correção de 30% do câmbio real pode significar uma cotação mais próxima de quatro reais por dólar caso não haja descontrole inflacionário no Brasil.

Porém, se não houver reversão das expectativas, com melhora das contas públicas e apreciação do real, será questão de tempo até a inflação subir. Os índices no atacado já estão altíssimos. A inflação obrigará o Banco Central a subir os juros, o que deteriorará ainda mais a sustentabilidade da dívida pública.

Em suma, o Brasil tem um encontro marcado com o ajuste fiscal. Quanto mais o país resistir a implementar uma agenda ambiciosa de reformas, maior será o preço a pagar em termos alta de juros e inflação e menor crescimento à frente.

**Marcelo Kfoury Muinhos e Emerson Fernandes Marçal são professores da FGV-EESP**

## Fintechs, Banco Centrais e FMI

Por Luiz Gonzaga Belluzzo

Gavekal Dragonomics informa: os reguladores chineses estão às voltas com as criaturas da finança digital, as chamadas fintechs. Desde meados dos anos 2000, as fintechs e demais empresas de tecnologia passaram a ocupar um espaço considerável nas transações financeiras do mercado chinês.

O Banco Popular da China e a Comissão Reguladora de Bancos e Seguros da China (CBIRC) buscam uma abordagem regulatória mais abrangente, em vez de simplesmente alinhar uma regulação específica. A proposta de medidas sobre as microfinanças online publicadas em 3 de novembro está em elaboração desde setembro de 2019. Ela estabelece regras rígidas sobre alavancagem, exigindo que as empresas de microfinanças mantenham sua taxa de alavancagem abaixo de 600%, e retenham pelo menos 30% dos empréstimos por elas originados em seus livros.

Na hora do aperto, a oferta de liquidez, a seiva dos mercados financeiros, só encontra provimento nos BCs

Essas normas regulatórias são bastante semelhantes às dos bancos. Em julho deste ano, o CBIRC também emitiu novas regulamentações para o negócio de crédito online dos bancos, enfatizando que os bancos não podem terceirizar suas responsabilidades na gestão de riscos. O efeito combinado é acabar com a expansão não regulamentada das empresas de microfinanças on-line, e garantir que elas mantenham reservas de capital suficientes para arcar com o risco de suas decisões de empréstimo.

Para os reguladores, é simplesmente inaceitável que grandes empresas financeiras - essa é a natureza verdadeira das empresas de tecnologia - operem fora dos marcos da regulação financeira. No final de outubro, diz a Gavekal, a Comissão de Estabilidade Financeira e Desenvolvimento, órgão coordenador de alto nível, reafirmou que “é necessário incentivar a inovação e promover o empreendedorismo, mas também é necessário fortalecer a regulação e trazer atividades financeiras totalmente sob a supervisão da lei para efetivamente prevenir riscos”.

No início de novembro, o PBOC publicou seu anual Relatório de Estabilidade Financeira, que pela primeira vez esboçou um marco regulatório para a tecnologia financeira. Os regulamentos e normas existentes devem definir uma linha vermelha que a inovação não pode cruzar, disse o PBOC, embora os reguladores “reservem espaço” para a inovação por instituições financeiras licenciadas.

As autoridades chinesas entendem que as empresas de tecnologia devem jogar pelo mesmo conjunto de regras que disciplinam os bancos comerciais e demais empresas financeiras tradicionais. “Grandes empresas de tecnologia já se tornaram importantes para o funcionamento do sistema financeiro, e serão reguladas da mesma forma”. Uma vez estabelecidos os princípios gerais, será promulgado a regulação mais detalhada das novas formas de atividade financeira. “Provavelmente não vai demorar muito até que a gestão da riqueza on-line se torne sujeita a uma regulação mais abrangente, assim como, diga-se, toda a gestão da riqueza está sendo padronizada”.

“Toda a gestão da riqueza está sendo padronizada”. Uma frase que revela mais que sua aparente banalidade. Sinto incomodar os crentes dos mercados eficientes, os que pretendem confinar as transações financeiras no arcabouço teórico das feiras livres. Os sistemas monetários financeiros são muito mais cruciais para o funcionamento das economias capitalistas. Para o bem ou para o mal, são organismos de coordenação (planejamento?) dessas economias, irremediavelmente monetárias. Por isso, os sistemas monetários são inexoravelmente centralizados, a despeito da multiplicação de agências e agentes incumbidos da gestão de ativos privados heterogêneos, sim heterogêneos em sua semelhança monetária.

Nos tempos de bonança, a coisa anda às maravilhas e o universo da acumulação e precificação da riqueza monetário-financeira estimula a criativa multiplicação e dispersão dos ativos. Quando o troço aperta emerge a dura feição centralizadora.

A convivência entre a dimensão privada e proprietária da riqueza monetária e a força centralizadora dos gestores públicos da moeda - essa instituição irremediavelmente social - é uma liça entre contrários inexoravelmente interdependentes em sua xifopagia. A crise de 2008/2009 e o desmantelamento dos circuitos monetários do coronavírus escancararam o desespero da dimensão privada em colapso e o clamor angustiante pelo socorro público.

O Relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) preparado para apoiar a última reunião do G-20 faz



uma incursão nas virtudes e contrariedades dos mercados de riqueza monetária. “As intervenções decisivas dos grandes bancos centrais ajudaram a preservar a estabilidade. As más condições financeiras globais refluíram e os rendimentos dos títulos soberanos e corporativos caíram de suas altas no início da crise... As elevadas valorizações do mercado ao lado de uma recuperação que é apenas parcial resultaram em uma desconexão entre os mercados financeiros e a economia real, refletindo em parte o otimismo dos investidores sobre o apoio público contínuo e uma rápida recuperação.

Embora o apoio à política tenha ajudado a restaurar a calma, vulnerabilidades estão se construindo no setor financeiro, à medida que os buffers de capital dos bancos e das instituições financeiras não bancárias são corroídos”.

Em artigo recente no Financial Times, o conselheiro do grupo Allianz e professor de Columbia, Mohamed El Erian, afirmou que Donald Trump acreditava, e declarou publicamente repetidas vezes, que o mercado de ações validou suas políticas. Quanto mais o mercado subia, maior a afirmação de sua agenda “Make America Great Again”. A abordagem do presidente era música para os ouvidos dos investidores. Trump reforçou a crença já consolidada há tempos em um “Fed put” - abreviação para a visão de que o Fed sempre vai intervir para resgatar os mercados - a tal ponto que as expectativas dos investidores ficaram ancoradas nas areias do otimismo.

Na hora do aperto, o abastecimento de liquidez, a seiva dos mercados financeiros, só encontra provimento nos bancos centrais. O comportamento dos sistemas monetário-financeiros nos ciclos de negócios pode ser comparado a uma sinfonia de Beethoven que alterna movimentos de exaltação e tristeza. Nessa toada, ora os acordes são eufóricos, ora melancólicos. Entre as obras primas de Ludwig recomendo a abertura da Quinta Sinfonia com seus acordes bombásticos: Tan-tan-tan-tam. “O Destino Bate à Porta”. Isso, sem desconsiderar o quarto movimento da Nona, o Hino à Alegria.

**Luiz Gonzaga Belluzzo é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e em 2001, foi incluído entre os 100 maiores economistas heterodoxos do século XX no Biographical Dictionary of Dissenting Economists.**

## Minério tem maior preço em seis anos e petróleo sobe forte

Ao mesmo tempo em que o minério de ferro se manteve em alta firme e atingiu ontem a maior cotação desde janeiro de 2014, os preços do petróleo recuaram diante do aumento dos casos de covid-19 nos Estados Unidos e na Europa, porém sem tirar o brilho do desempenho da commodity em novembro. Enquanto o minério acumulou alta de 12% no mês, o petróleo teve valorização de 27% e retomou os níveis vistos em março.

A recuperação das cotações do óleo ao longo do mês passado foi impulsionada pela expectativa de que a oferta global permaneça reduzida nos próximos meses e pelas notícias de avanço no desenvolvimento de vacinas contra a covid-19, que derrubou a demanda em 2020. Ontem, o barril do WTI estava em US\$ 45,43, com ligeira queda de 0,4%, enquanto o Brent perdeu 0,8%, a US\$ 47,88 o barril. As atenções estão voltadas para a decisão que será anunciada hoje pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (Opep+), sobre os planos de adiar o aumento da produção.

Segundo informação de agências internacionais, os membros da Opep já chegaram a um acordo pela manutenção das restrições. Para os analistas do Goldman Sachs, o barril do Brent pode voltar a US\$ 65 no próximo ano se essa for a decisão dos aliados e se houver êxito no desenvolvimento de uma vacina contra a covid-19. Sem acordo, os preços podem recuar US\$ 5 por barril, conforme o banco.

Os preços do minério de ferro no mercado transoceânico, por sua vez, encerraram o mês em trajetória firme de alta, para o maior nível desde janeiro de 2014. Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% de ferro avançou 1,6% no porto de Qingdao, para US\$ 131,63 por tonelada. Com isso, em novembro, a alta acumulada é superior a 12%. No ano, o ganho é de quase 43%.

Para o analista Daniel Sasson, do Itaú BBA, a expectativa é a de que os preços continuem saudáveis pelo menos até o primeiro trimestre, diante da forte produção chinesa de aço, que vem sendo acompanhada por um sólido aumento da demanda interna. “Ou seja, diferentemente do passado, a China hoje não está dependendo da demanda de outros mercados para conseguir manter seu nível de produção de aço em patamares elevados”, diz o especialista.

Na avaliação do chefe de pesquisas do banco Julius Baer, Carsten Menke, a pandemia “apenas fortaleceu o domínio da China nos mercados de metais industriais”. “Como consequência do estímulo e da emergência precoce da crise, a demanda por metais pela chamada ‘velha’ economia atingiu novos níveis recordes”, escreveu a clientes, referindo-se aos investimentos chineses em infraestrutura, indústria e construção imobiliária. Ainda assim, em sua avaliação, os preços atuais do minério não se sustentam, sobretudo se considerado o cenário de retomada dos embarques a partir de Brasil e Austrália, os dois maiores produtores mundiais.

Para os analistas Leonardo Correa e Caio Greiner, do BTG Pactual, o preço do minério não deve persistir no nível de US\$ 130 por tonelada, tampouco recuar a US\$ 60 ou US\$ 70 por tonelada. “Ainda vemos alguma escassez de minério no mercado transoceânico em 2021 e, finalmente, um mercado equilibrado em 2022, o que indica que os preços devem permanecer ao redor de US\$ 100 por tonelada por mais tempo”, escreveram, em relatório de 23 de novembro.

Em reportagem recente, o jornal “Financial Times” apontou que a commodity caminha para fechar 2020 com preço médio anual superior a US\$ 100 por tonelada pela primeira vez desde 2013. Esse movimento tem permitido às mineradoras mitigar boa parte do efeito negativo que a pandemia teve na economia global e em outras commodities, em especial no petróleo. “A ascensão espetacular e incansável do preço do minério de ferro neste ano, quase totalmente puxada pelo apetite aparentemente insaciável da China por commodities, tem sido uma benção para os grandes produtores, que viram a demanda no resto do mundo despencar por um desfiladeiro”, disse Andrew Glass, executivo-chefe da Avatar Commodities e ex-chefe de comercialização de metais ferrosos na Anglo American, ao jornal.

Na mesma reportagem, Erik Hedborg, analista-chefe de minério de ferro na consultoria CRU, diz que o minério vem se beneficiando dos avanços nas pesquisas de uma vacina contra covid-19, mas também da valorização do yuan e de dados recentes que mostram o vigor da atividade industrial na China. “A produção excedeu a demanda no início do ano, quando a China teve seu ‘lockdown’ contra a covid-19, e os estoques foram crescendo. Mas agora estamos vendo o inverso e o nível dos estoques está caindo”, disse Hedborg.